

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09:00H.

ATA Nº 10

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ...autoridades presentes, Srs. e Sr^{as}, bom dia!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública requerida junto a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária com o objetivo de apresentar o Relatório de Cumprimento das Metas Fiscais do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social relativa ao 3º Quadrimestre 2016, pelo Senhor Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento ao que preceitua o §4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101 de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Gustavo de Oliveira Pinto Coelho, Secretário de Estado de Fazenda, Gustavo de Oliveira; convido a Srª Maria Célia de Oliveira Pereira, Secretária Adjunta de Atendimento ao Cliente da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso; convido também o Sr. Francisco Serafin, Secretário do Tesouro do Estado de Mato Grosso, para que também nos dê a honra; convido o Sr. Oscarlino...
...s/rof...

0328au002.rof

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – ...Oscarlino, esta convidado, o senhor é boa gente.

Deixa-me aproveitar para registrar a presença da Srª Carmem Miranda, Coordenadora Planejamento do Orçamento, neste ao representando o Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso, Dr. Silvio Jeferson Santana; registrar a presença do Vice-Prefeito de Sorriso Sr. Gerson Luiz Bicego, seja bem-vindo Gerson, nosso parceiro da nossa querida cidade de Sorriso; registrar a presença do nosso consultor legislativo do núcleo econômico da Assembleia Legislativa Sr. Nasser Okde; registrar a presença do Sr. Leovaldo Antônio Aparecido Duarte, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização Estadual, obrigado pela sua presença (PALMAS); registro também a presença Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso, obrigado; quero registrar aqui a presença também do Presidente do Sindicato de Saúde e Coordenador do Fórum Sindical, Sr. Oscarlino Alves

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

(PALMAS); registro a presença também Sr. Francisco Borges, Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário de Mato Grosso (PALMAS); registro a presença também do professor Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT (PALMAS); registro aqui a presença do meu amigo Caveirão, quem é o Caveirão? O Sr. Alisson Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais; registro aqui a presença do Sr. Rodson Síria, Diretor de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores, obrigado pela presença (PALMAS); agradecemos a presença dos servidores da Secretaria de Estado da Fazenda, agradecemos a presença dos servidores do Tribunal de Contas, agradecemos também a presença de toda imprensa aqui presente.

Para dar início ao nosso bate papo...S/drm

0328au03.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...para darmos início ao nosso bate papo, eu lamento a ausência os senhores Deputados até porque os Deputados retornam de suas bases justamente no período matutino, nessa terça-feira, esta nossa audiência foi prorrogada pela segunda ou terceira vez, isso trouxe um desencontro com agenda dos senhores Deputados, mas trata de um audiência extremamente importante, como eu disse antes, não só cumpre com artigo 9 de responsabilidade fiscal, §4, mas é uma forma que nós temos de acompanhar a evolução da receita, da despesa e o cumprimento das metas fiscais. Então, é uma audiência extremamente importante, eu lamento também Secretário, que nós recebemos esse resumo da projeção que será feito, praticamente em cima da hora não dá tempo para você fazer um análise, para você poder até fazer com que a audiência seja uma audiência bastante participativa, não só por parte dos senhores Deputados, como também por da sociedade civil, em especial os presidentes dos sindicatos que gostariam de fazer um debate mais acirrado, mas de uma forma totalmente positiva.

Mas de toda feita a audiência será realizada, em que pese a ausência dos senhores Deputados, mas com certeza esperamos que ela seja coroada de êxito, até porque o público que está aqui é um público seletivo e com certeza de forma totalmente respeitosa, dentro do assunto proposto nós vamos aqui travar uma discussão de alto nível.

Então, portanto, eu paço a palavra a Vossa Excelência que tem vinte minutos para fazer a sua explanação com relação a receitas, as despesas e a metas fiscais exercício 2016.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Deputado Zé Domingos Fraga, em nome do Governador Pedro Taques, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui explicando a todo povo de Mato Grosso um pouco sobre as contas públicas no Estado.

Sei que ao longo dos últimos anos esse tem sido um tema de preocupação crescente em toda sociedade nos anos que não havia crise no país, muito se dizia que a conta pública era um problema do ente público e a economia privada andava em velocidade própria, nós podemos ver ao longo dos últimos anos neste país que isso não é verdade. Infelizmente vivemos hoje a pior crise...s/tmr...

0328au04.tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... neste país que isso não é verdade. Infelizmente, vivemos hoje a pior crise econômica da história da República. O acumulado de dois anos é a maior queda do PIB que este país já enfrentou causados, principalmente, por um grande desarranjo nas contas públicas, especialmente, do Governo Federal.

Uma política fiscal irresponsável que tentou de alguma forma simular um crescimento econômico que não existia e que praticamente levou o país a derrocada. Essa irresponsabilidade é paga por toda sociedade, por todo o conjunto de brasileiros. As evidências, as cicatrizes dessa crise econômica demorarão ainda muito tempo para ser absolvidas na sociedade.

Temos hoje no país 14 milhões de desempregados, e tem gente que diz que não tem crise. 60 milhões de empresas têm hoje problemas de irregularidades com o Fisco ou de irregularidades com fornecedores, estão no SERASA, como se diz por aí. Isso por si só já seria um desastre econômico, mas mais do que isso o PIB desce ao invés de crescer, os empregos começam a reagir timidamente. E tudo isso que, na verdade, tenta ser um sopro de otimismo, nada mais é do que a constatação de que talvez estejamos no fundo do poço.

Se isso por um lado é ruim, ter sofrido tanto, a perspectiva é um pouco melhor. Esperamos que as medidas de ajustes do Governo Federal, que são duras, e são duras para toda a sociedade, surtam efeitos mais rapidamente possível e o grande agente capaz de reorganizar o país, que é o crescimento econômico seja retomado o mais breve possível.

Tendo dito isso, eu quero apenas cumprimentar toda a equipe da Secretaria de Fazenda e o faço da Anésia Cristina, Contadora do Estado, a quem, Sr. Presidente, coube a missão de nos entregar, ontem, os números já definitivos do RREO, Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do último bimestre do ano. Então, se por um lado, os dados chegaram aqui de última hora, também eu quero agradecer o esforço da equipe, Anésia, para que pudéssemos vir para esta Audiência Pública respeitando os dois adiamentos que tiveram que ser feitos, mas algum efeito benefício que já podemos analisar aqui os números positivos.

Nós fizemos duas mudanças na metodologia de apresentação.

Primeiro trazendo valores atualizados dos anos anteriores para que nós possamos comparar com base real, já que a inflação cresceu no país, antes os índices inflacionários eram baixos. Então, fizemos algumas atualizações para que a sociedade possa acompanhar ano a ano já com a atualização pelos índices inflacionários. E também .../lcb

0328au005.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA-...pelos índices inflacionários. E também mostramos um pouco mais da trajetória das despesas públicas, eu sei que o assunto é especificamente sobre o 3º Quadrimestre de 2016, mas é importante que nós entendamos qual é a tendência, o que se apresentou nos últimos três anos para que possamos tentar projetar o futuro se as coisas continuarem como estão.

Então, iniciando, peço para clicar no quadro de receitas.

Basicamente, o que se tinha nas demonstrações anteriores era o ano anterior e os valores executados no ano em análise, no caso 2016, e o que nós fizemos foi criar uma outra coluna em cima de 2015, realizado, a equipe atualizou os dados de 2015 para que pudéssemos ter esse valor corrigido a dezembro de 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, sempre vamos comparar os valores corrigidos das colunas azuis, 2015 e 2016 corrigido, para termos a mesma base de comparação e isso se reflete lá na última coluna onde são demonstrados eventuais crescimentos ou quedas reais.

De maneira geral, a receita orçamentária, em termos reais, cresceu 3.6%, ela foi realizada em 18 bilhões e 952 milhões de reais, ante um realizado em 2015 de 16.658.

Os números efetivamente realizados e constantes no balanço são os das colunas em cinza, as colunas em azul elas apenas existem para que possamos demonstrar na mesma base anual, no mesmo corte temporal com a correção monetária.

Esse crescimento real de 3.6 teve uma queda de 7.9% nas deduções fortemente quase 12% dos repasses aos municípios; 1.7 no FUNDEB e 57% nas restituições.

A Receita Orçamentária Líquida apresentou um crescimento real de 7.4% indo a 14 bilhões e 731 milhões, e as receitas intra-orçamentárias, que são apenas registradas, não tem efeito externo real, são despesas entre unidades orçamentárias, vou dar um exemplo: quando a SEFAZ, por exemplo, contrata o NTI e só a operação orçamentária interna, não é a receita que entra, ela é deslocada de uma unidade para outra.

Nós tivemos aí um bilhão e 907 de receita intra-orçamentária perfazendo então uma receita total...

...s/rof...

0328au006.rof

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... nós tivemos aí 1 bilhão e 907 de receita intra-orçamentária, perfazendo então uma receita total de 16 bilhões 638 milhões ou seja, um crescimento real de 7,8%.

Eu pediria que clicasse na receita orçamentária bruta ali no quadro, para que nós possamos entender.

Então da receita orçamentária nós temos as receitas tributárias que são tributos efetivamente administradas pelo Estado, as transferências correntes da União e as receitas de contribuições como os principais componentes das receitas orçamentárias correntes.

Temos ainda as receitas de capital, que são basicamente operações de crédito ou transferências da União e aí de novo vou me ater a coluna cinza para comentar os números e a coluna azul lá no final para comentar a comparação de um ano com outro.

Em 2016, como eu já disse, 18 bilhões, 503 milhões de receita orçamentária, sendo que 10 bilhões e 399 milhões de receita tributária, um crescimento de 8,9% na receita tributária em termos reais.

Eu queria aqui fazer uma pausa para registrar que este crescimento de receita tributária, ele basicamente se deve primeiro a uma política que foi estabelecida desde o começo do Governo, fortemente calcada em revisão de incentivos fiscais, em reajuste de algumas alíquotas tributárias, mas principalmente de um excepcional esforço fiscal da equipe da Secretaria de Fazenda, a qual eu não liderava até dezembro (PALMAS). É um reconhecimento que precisa ser feito, tenho acompanhado desde dezembro, aos dois presidentes de sindicatos aqui o Sr. Ricardo e Sr. Leovaldo, tenho acompanhado o trabalho das equipes da Secretaria de Fazenda e gostaria de poder dar mais detalhes a vocês, talvez a gente possa fazer isso em breve, mas principalmente no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

combate as fraudes fiscais, eu quero dizer a vocês nós evoluímos muito e evoluiremos mais no ano de 2017.

Infelizmente em todo ramo de atividade existem os bons e os maus profissionais e no meio empresarial não é diferente, ainda temos muita sonegação em todos os Estados do Brasil, mas também no Estado de Mato Grosso. Alguns desses eventos de sonegação são pontuais, localizados em alguns setores, algumas empresas fazem parte de uma rede de sonegação e de fraude fiscal, isso tudo esta sendo identificado pela equipe da Secretaria de Fazenda, sendo objeto de ações fiscais e graças a isso estamos conseguindo, não só impedir novas fraudes, mas principalmente em grande parte restituir o erário público de fraudes que foram praticados no passado.

Também tivemos um crescimento das transferências correntes ...S/drm

0328au07.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...que foram praticados no passado.

Também tivemos um crescimento das Transferências Correntes para 4 milhões, 715 e as receitas de contribuições subindo de 1 bilhão, 397 para 1 bilhão, 705. Esses são os principais componentes, eu vou detalhar cada um deles.

Receita tributaria, por favor!

O principal tributo do Estado, todos sabem, é o ICMS, em 2015, havíamos realizado em receita de ICMS 7 milhões, 262 em 2016, os números fecharam em 8 bilhões, 681, senhores, um crescimento de mais de 1 bilhão, 400 isso é um esforço fiscal excepcional de toda equipe da Secretaria de Estado de Fazenda, que apesar na infração nos permitiu um crescimento real de 9%, isso é um fato raro nos Estado da Federação.

Nós prendemos na semana que vem outra reunião com Ministério da Fazenda, nos reunir praticamente semanalmente acompanhar indicadores estaduais, os estados tem acompanhar nesse momento, entender o que cada um está fazendo de bom para enfrentamento da crise, mas esse é um dos números excepcionais, eu só não me atrevo a dizer que é melhor do país, porque não conheço dos outros e sei, por exemplos, que o Estado do Rio Grande do Sul, tem feito um grande trabalho de aumento de receitas, quero acompanhar.

Semana passada, conversei com o Secretário de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul. O IPVA obviamente a pesar da crise e da dificuldade de venda de carros, a base do IPVA são os carros em circulação em Mato Grosso. Então, houve um crescimento de 5.7% de termos reais.

O ITCD um excepcional incremento de arrecadação de 25% em que pese que a base seja infinitamente menor do que do ICMS, por exemplo. E obviamente, o crescimento do imposto de renda.

Sobre isso, quero pedir para equipe fazer um aparte aqui, o imposto de renda sob a folha de pagamento subiu em 2015, 600 milhões, 903 para mais de R\$ 1bilhão, 087, basicamente por dois efeitos. Primeiro a tabela do imposto de renda já está defasada em mais de 80%, isso faz com que cada um de nós até o aumento que na verdade as vezes é uma reposição inflacionada, uma recomposição, mas muitas as vezes ele sim uma progressão ou aumento real de uma das categorias, isso faz com que nós avançamos na tabela do imposto de renda, como ela fica para o tempo, ela tributa cada vez mais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, um ponto fundamental é entendemos que tabela do imposto renda ela precisa ser corrigida no país, isso causa perda a toda sociedade, melhora arrecadação do governo Federal...s/tmr...

0328au08.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... perdas a toda sociedade, melhora a arrecadação do Governo Federal em cima de uma base que precisa ser corrigida. E, obviamente, eu vou comentar isso um pouco mais à frente nos indicadores, os Tribunais de Contas dos Estados têm sido sensíveis a isso. E numa decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso acompanhou outros Estados, excluindo os gastos com Imposto de Renda da base de cálculo do indicador de despesa de pessoal, por quê? Porque isso efetivamente não é renda transferida ao trabalhador do setor público. Esse recurso cada vez que o salário é reajustado e a tabela fica, mais recurso vai para a União e menos massa salarial é distribuída. Então, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso acompanhou esse entendimento como também o entendimento de que a despesa de pessoal da Defensoria Pública do Estado não compõe mais as despesas de pessoal do Executivo.

Tivemos taxas, principalmente, TSE que tem sido vítima de questionamento judiciais, uma queda de 19,1% mais de uma maneira geral a receita tributária, como disse, anteriormente, cresceu 11,6%. A grande parte do esforço fiscal podemos esperar para o ano de 2017 um esforço fiscal ainda maior da Secretaria de Fazenda. Esse é o meu compromisso à frente da Secretaria de Fazenda, é o compromisso de toda equipe, principalmente, da Secretaria-adjunta de Receita e temos conversado muito sobre isso.

Eu quero fazer um agradecimento especial aos sindicatos que têm desde a primeira semana em que assumi a Secretaria de Fazenda tem sido parceiros do Governo de Mato Grosso na busca dessas propostas e dessas soluções. Sei que muitas delas não conseguem ser implementadas na velocidade que nós desejaríamos. Mas é fundamental esse apoio. E por que eu digo isso? Porque aumentar arrecadação nunca é trabalho de uma canetada, de uma pessoa só. Tem toda uma equipe trabalhando por isso e obviamente não só na Secretaria de Fazenda, mas em diversas outras Secretarias que têm capacidade de arrecadação, como o DETRAN e tantas outras, e nós precisamos desse esforço fiscal.

Vou detalhar um pouco as transferências correntes.

UFPPF teve um crescimento real de 11,2%, atingindo 1 bilhão, 989 milhões, principalmente, por conta do efeito da repatriação esse crescimento, teve um incremento de 190 milhões. O FUNDEB um crescimento real de 5,3%, 1 bilhão, 485 contra 1.284 no ano anterior. Infelizmente, o SUS em termos reais uma queda de 10% performando no final .../lcb

0328au009.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-...uma queda de 10% performando no final 241 contra 243, até em termos nominais ela já é menor, em termos reais com a correção da inflação uma queda de 10% e esse apontador realmente está nos derrubando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Os repasses da Lei Kandir são praticamente lineares, esse talvez seja a grande alavanca de briga hoje entre os estados exportadores e a União.

Tenho conversado semanalmente com o Ministério da Fazenda e, felizmente, o Senado Federal tem um prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para esse ano regulamentar essa compensação das perdas da Lei Kandir.

Vou fazer mais um aparte aqui para explicar porque essa compensação é importante.

Em todo o mundo os países exportadores buscam agregação de valor. É você cada vez mais evoluir na agregação de valor a sua matéria prima para exportar produtos que têm maior valor agregado.

Para tirar o exemplo de Mato Grosso vamos falar, por exemplo, de minério de ferro.

O Brasil exporta minério de ferro a dólares por tonelada e importa automóveis que dependem muito de minério de ferro para ser fabricado a milhares de dólares a tonelada.

Essa diferença, vou pegar um automóvel coreano tipicamente, isso é o PIB que se desenvolve lá na Coréia ao invés do Brasil.

E o Governo Federal já há muitos anos, em 97, me corrijam se eu estiver errado, instituiu a Lei Kandir onde desoneravam exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O que é isso? O empreendedor, vou voltar ao exemplo do minério de ferro. Eu tenho conversado muito com o Secretário de Fazenda de Minas Gerais, ele tem uma dificuldade de transformar esse minério em produto siderúrgico e depois em produto de maior valor agregado porque o exportador, as grandes companhias de mineradoras elas têm uma porta aberta pela legislação federal para exportar produtos com menor valor agregado.

Isso é ruim para o país e é péssimo para os estados que têm produtos primários ou semi-elaborados para exportar. Isso é algo que os estados não têm como combater uma decisão econômica do Governo Federal tomada lá atrás que nós entendemos que já deu tempo de fazer os efeitos pretendidos.

Então, isso tem sido um grande foco de discussão e quero dizer aqui a vocês que nós vamos fortemente buscar receitas nos próximos anos de compensação das exportações, o bom povo de Mato Grosso merece que seja compensado por tudo toda riqueza que é produzida aqui e que deixa o Estado e o País com pouco valor agregado.

Os convênios cresceram, apesar do valor nominal ser pequeno, cresceram de 40 para 86.2, 94% de crescimento real, o IPI obviamente em queda, a produção industrial no Brasil...
...s/rof...

0328au010.rof

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ...a produção industrial no Brasil derrete, as indústrias brasileiras elas estão sofrendo muito e isso faz com que a arrecadação do IPI caia e demais transferências em torno de 11% indo de 195 para 217. Total das transferências, como eu disse anteriormente, cresceu 13,9%.

Por favor volta.

Receita de contribuições rapidamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

As contribuições sociais cresceram 12,3% indo para 693 milhões, as contribuições econômicas principalmente FUNDEIC um grande crescimento e o FUPIS todos sabem por conta de todas as medidas judiciais e a queda de arrecadação que houve, desceu 25%. Aí o grande ponto o FETHAB, apesar de todos os esforços, o FETHAB já não era suficiente para fazer frente aos investimentos, o Governador Pedro Taques conseguiu com o setor, principalmente do agronegócio a dobra do valor do FETHAB e o reflexo disso, já em 2016 começa a aparecer no FETHAB adicional para este ano esperamos arrecadar muito mais com o FETHAB adicional.

E as receitas de contribuições, fechando então com 11% de crescimento.

Pode voltar.

Falamos de receita.

Próxima, acho que a próxima. Sobe, né? Isso.

Voltamos agora para as despesas.

Posso ir até o final? Vocês querem falar um pouco das receitas, vou avançar para as despesas então.

Total empenhado em 2015 tinha sido de 11 bilhões, 310 milhões. Em 2016 um total empenhado de 13 bilhões, 169 milhões um crescimento real das despesas correntes de 6%.

Pessoal e encargos sociais crescendo 8%.

Juros e encargos da dívida caindo 26%. Vou falar um pouco mais detalhadamente sobre isso.

E as outras despesas correntes crescendo 6,1%. Também vou demonstrar em que áreas isso se deu de maneira mais intensa.

As despesas orçamentárias de capital de 1.456 foram para 1.801, um crescimento de 12,6%.

Os investimentos indo de 859 para um bi 192, 26% de crescimento.

E uma queda na amortização da dívida de 596 para 609, uma queda real de 7%. Isso vai estar detalhado um pouco mais para frente.

Então total da despesa orçamentária foi de 6,8% de crescimento, 14.971 e a despesa total 8% de crescimento com 17.025 o registro das despesas...S/drm

0328au11.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...e a despesa total 8% com 17,025 o registro das despesas intra orçamentárias foram de 1 bilhão,585, para 2 bilhões, mas isso não é dinheiro novo, apenas transferência.

Vamos para pessoais encargos sociais, por favor.

Nós quiséssemos demonstrar de maneira clara qual é o comportamento do crescimento das despesas pessoal, versos o crescimento da receita tributaria, muitos vão dizer “porque não a receita total do Estado?” Porque esse é o grande ponto hoje de negociação entre os Estados e a União. A união defende que vai ter que fazer o justes fiscal e que os Estado devem fazer os seus próprios ajustes, os ajustes tem que ser eficiente na classificação de risco dos Estados para acessar nova operação de credito, uma seria de outras demandas. Mas o que Estado efetivamente der, consegue dominar é a sua receita tributaria é isso que eles administram. Porque eu faço essa ressalva, porque toda política de desoneração do Governo Federal quando ele exonera ITI de linha

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

branca, quando incentivo fiscal para indústria automobilística, tudo isso é renúncia fiscal que é feita pelo Governo Federal, mas que impacta nas receitas estaduais.

Toda vez que a crise econômica se abate sobre o conjunto da nação isso reflete nas receitas federais e cai aqui no cenário estadual.

Então, efetivamente a receita tributária que é administrada e é fruto do desempenho econômico aqui do Estado, ela vem crescendo de maneira consistente, de 14,5% em 2013, 12,8 em 2014, 12,02 em 2015, 14,7 em 2016. As despesas de pessoal, com encargos em 2013, pelo menos do que tributária e a partir de 2014, ela começaram a crescer uma razão maior do que a receita tributária, com destaque especial para 2016.

Os valores estão registrados ali embaixo, porque isso é importante, isso é um dos demonstrativos que o Governo Federal tem nos pedidos para acompanhar qual é o risco dos Estados e principalmente qual é a parte dos ajustes que pode ser feita localmente.

No acumulado nós tivemos 28,7% de crescimento da receita tributária de 2014 a 2016, e 35,8% na despesa de pessoal.

Em juros e encargos da dívida, nós tivemos em 2014, 738 milhões, 808, em 2015 1 bilhão, 069, em 2016, graças aquela renegociação feita pelo Governadores com União, ainda pendente de regulamentação de quais são os critérios por parte do Ministério da Fazenda nós tivemos um belo alívio de 7,5% para 989 milhões ...s/tmr...

0328au12.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... 7,5% para 989 milhões de reais do pagamento de serviços e encargos da dívida.

Sem a renegociação a progressão era de 1 bilhão, 170. Por que eu digo isso? Porque obviamente o lançamento de 2017, nós reduzimos ainda mais a previsão de despesas com dívida. A ideia é que o Governo Federal pudesse de alguma forma nos ajudar ainda mais com o alívio de dívida, principalmente, aqui em Mato Grosso por causa das obras da Copa, que começaram serem pagas a partir de 2015.

Isso no momento nos parece uma porta fechada, o Governo Federal diz que não tem espaço fiscal para fazer novo perdão de dívida para os Estados, mas continua sendo um objeto de negociação nosso com o Governo Federal.

Eu quero pedir a tabela de valores, só para mostrar.

O demonstrativo detalhado. Nós tivemos, como eu disse 989 milhões, 380 de juros e encargos e 609 de amortização.

Reparem que ao longo dos últimos dois anos, nós tivemos algo como 1 bilhão e 100 milhões de reais só de amortização de dívida. E praticamente zero de novas operações de crédito.

Isso quer dizer que eu estou pagando a dívida do Estado e não está abrindo espaço para novo endividamento. Isso é a política do Governo Federal de não abrir espaço para novos endividamentos dos Estados. Isso compromete, principalmente, a capacidade de investimentos do Estado. Se nós estamos grande parte dessa dívida que é paga é de obras das gestões anteriores, nós precisamos de um impulso para fazer as obras dessa gestão, e essas portas por enquanto não estão abertas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Só para demonstração.

Se não tivéssemos feito essa negociação com o Governo Federal no meio do ano passado, que eu acompanhei, como Secretário de Planejamento, o total pago seria de 702 milhões de reais de amortização e 468 de juros e encargos; e despesa total iria ter sido de 1 bilhão, 170 de pagamento.

Deputado, eu estou me alongado, mas creio que o tema é importante.

Vamos para outras despesas correntes agora.

E esse talvez seja o fenômeno mais preocupante nas contas públicas.

A receita cresce, a receita tributária cresce a uma razão maior, mas as despesas correntes chamadas ODC, Outras Despesas Correntes, têm crescido muito menos do que os outros componentes.

Se nós olharmos o pessoal já com .../lcb

0328au13.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA-... têm crescido muito menos do que os outros componentes.

Se nós olharmos o pessoal já com encargos sociais de 6 bilhões e 854 foi para 9 bilhões e 309 em 2016 contra 7.850 em 2015.

Obviamente, todo espaço, todo crescimento de espaço fiscal ele quando não consumido com dívida e pessoal, ele aí finalmente chega para custeio e para investimento.

O que estou demonstrando com essas duas últimas lâminas para vocês é que cresceram muitas despesas com dívida, cresceram muitas despesas com pessoal, e com isso as outras despesas correntes estão comprimidas e os investimentos estão caindo. Esse é um problema que afeta as contas públicas da imensa maioria dos estados. Esse é um problema, uma consequência grave da crise, enquanto o crescimento econômico não for retomado e a receita tributária não voltar a crescer a ritmo mais forte e, mais do que isso, a inflação não for contida, porque a inflação é que pressiona principalmente despesas correntes e a massa salarial, não tem solução para as contas pública no país a não ser aumento de imposto, e isso é especialmente preocupante num momento de depressão econômica.

O aumento de imposto quando a economia está crescendo ele já é mal visto. Quando ela passa por dois anos de retrocesso, como nós vimos recentemente, ele ainda piora. E vamos entender o seguinte: se é verdade que a receita tributária ela cresce mais do que o crescimento econômico, tipicamente aqui em Mato Grosso a economia nos últimos dez anos cresceu algo em torno de 6,5% ao ano em média e a receita tributária cresceu em torno de 2,5% ao ano em média; também é verdade que quando a atividade econômica cai, a receita cai mais do que atividade econômica, isso é o efeito multiplicador.

Então, nos estado que não têm a sorte que tem Mato Grosso de ter uma economia que continua performando bem, esse problema é ainda mais grave. Por isso, que nós dizemos nas reuniões dos secretários de fazenda que nós temos uma fila de estados caminhando para problemas mais graves nas contas públicas, três deles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais já apresentam sintomas mais agudos.

Ontem, meu colega Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro avisou ao Tribunal de Justiça que não vai repassar o duodécimo do Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

imediatamente entrou com uma ação para bloquear 285 milhões de reais das contas do executivo no Estado do Rio de Janeiro. Lá tem gente sem receber salário desde novembro e dezembro e, pior do que isso, aposentados e pensionistas dos Poderes na mesma situação porque lá a receita caiu, que foi um dos *royalties* do petróleo e toda a economia de petróleo, também perderam investimentos porque tinha muitos investimentos sendo feitos, copa do mundo, infraestrutura...
...s/rof...

0328au014.rof

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ...tinha muitos investimentos sendo feitos, copa do mundo, infraestrutura, isso também acabou, a economia colapsou mais depressa. Rio Grande do Sul problema tributário Minas Gerais desarranjo do lado do gasto, estes três estados foram primeiro, mas os outros Estados todos, se a crise se alongar, não tiver crescimento de receita, não tiver crescimento econômico sem inflação, nós vamos ver as contas públicas do país piorar sempre.

Por favor, acho que tem um quadro ainda da despesa total empenhado, eu vou só deixar para que vocês possam acompanhar está nas apresentações, mas basicamente é o que eu estava dizendo, as outras despesas correntes e os investimentos eles compõem 23 agora 21 % e continua na faixa de 7% quando já tinha sido 14% lá atrás e o espaço fiscal que avança, ele é consumido principalmente por um crescimento numa despesa de pessoal e encargos sociais.

Pode voltar. Tem um gráfico não é? Acho que tem um gráfico aqui ainda, para que a gente possa ver isso. Pode voltar para cima.

Bom, as outras despesas já comentei.

Vamos para o percentual de participação das despesas?

Então, pessoal e encargos sociais com praticamente 62%, ODC com 23%, investimentos e inversões 8% e 7% consumido no serviço da dívida.

Os Estados brasileiros de uma maneira geral caminham para serem grandes gestores de folha de pagamento e de dívida, quem tem pressão gigantesca com dívida, que não é ainda o Estado de Mato Grosso, embora 1 bilhão de reais não seja algo pequeno num orçamento em torno de 18 bilhões de reais.

Pode voltar. Mais uma, por favor.

Finalmente os Indicadores de Avaliação Fiscal.

A receita total 16.638 e a despesa total empenhada 17.025, com um déficit então de 386 milhões de reais.

A receita primária da composição do resultado primário que é o que interessa para a União, eu já explico isso, nós tivemos uma receita primária de 15.960 e uma despesa primária de 16.034, com resultado primário de 73,7 milhões de déficit.

Lembrando que a meta projetada para o exercício ela era maior de 88,5 milhões de reais de déficit, isso é normal, isso é um planejamento que é feito e nós conseguimos ainda, com todas as entregas que foram feitas...S/drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0328au15.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-... conseguimos ainda, com toda as entregas que foram feitas na sociedade reduzir o tamanho do *déficit* no resultado primeiro.

Quero chamar atenção de vocês porque esse é o número que interessa a União porque o a composição dos resultados primárias dos Estados eles entram na soma do superávit primário das contas públicas do Governo Federal. Porque que eles não querem, por exemplo, perdoar dívida, porque eu preciso fazer esforço fiscal para ter dinheiro para pagar dívida, se eles aliviam pagamento de dívidas, eu retiro esse esforço fiscal e os *déficits* dos Estados podem piorar, isso piora as contas públicas nacionais. O *déficit* que o Ministro disse na semana passada que ainda falta 58 bilhões de reais, para fechar um *déficit* que não é pequeno, de 130, eles ainda pioram, por isso que União tem tão dura com Estado, que a prioridade da União é fazer o ajuste fiscal.

A dívida consolidada do Estado está em 6 bilhões, 748, a dívida líquida feita as dedução como a disponibilidade de caixa e alguns haveres financeiros, está em cinco e quinhentos, o RT processados em 900 milhões, 047, então calculando a Receita Corrente Líquida nós temos 44% o que é um excelente indicador fiscal, especialmente se comparado a outros Estado do País.

Eu quero fazer outra pausa para falar, li recentemente na imprensa comentários sobre a vinculação do eventual ajuste fiscal do Estado de Mato Grosso, a necessidade de cumprir as medidas do Projeto de Lei Complementar nº 343, uma coisa não tem nada haver com a outra, o que nós dissemos primeira foi que tentaríamos com Governo Federal a expansão do PLP 343, para que mais estados pudessem ter perdão das dívidas e não só os Estado que estão na UTI, tem um artigo no valor econômico dizendo que a lei dos bombeiros para apagar incêndios nos Estados que estão pegando fogo.

Então, esse é o primeiro ponto, não é intenção do Estado de Mato Grosso aderir o PLP 343, tal qual está lá escrito. E também faço uma ressalva a vocês que mesmo três Estados para os quais o PLP 343, foi desenhado eles tem seres dificuldades para conseguir implementar as medidas que estão escritas. Vou dar um exemplo, Rio de Janeiro tem que vender a CEDAE, tem que conseguir na Assembleia uma autorização para vender a CEDAE, quanto vale a CEDAE? O valor eixo não está pronto, quem compra a CEDAE no ambiente econômico ruim como nós estamos vivendo? Quantos pagam pela CEDAE? É possível que o horário público tenha ainda um prejuízo, vai vender a companhia no momento de depressão econômica por um preço do que avaliação dela só para colocar dinheiro em caixa, essa formula foi usada em 1998, no ajuste fiscal feito pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos anteriores...s/tmr...

0328au16.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... Fernando Henrique Cardoso, nos anos anteriores.

Naquele tempo, os estados tinham ativos bons para vender, Mato Grosso vendeu algumas empresas, alguns ativos e vendeu a preço bom. Hoje essa não é a realidade. Então, eu diria para vocês que embora muita gente surgira que os Estados têm que se mobilizarem, têm que venderem ativos, eu entendo, posição pessoal, de que no momento vender esses ativos, primeiro, tem a dificuldade muito grande de arrumar comprador. Segundo, se conseguir vai conseguir na bacia das almas, como nós dissemos aí fora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

A questão da aplicação dos percentuais, principalmente, saúde. Tivemos um avanço muito grande. Nos anos anteriores aplicação em saúde tinha sido em 2013 de 12,6%; 12,5%; em 2015, já poderíamos elevar para 13,1%; em 2016, 13,7%.

Por que então temos problemas na área de saúde se estamos nitidamente destinando um percentual maior da arrecadação e um valor nominal maior para a área de saúde?

Três problemas principais:

Primeiro, mais gente dependendo do SUS. Isso é um fato.

No país inteiro, as pessoas têm plano de saúde, por conta da depressão econômica estão se desligando dos planos de saúde e estão usando o serviço do SUS, como não utilizaram anteriormente.

Segundo, marcaram capacidade dos municípios em fazer a atenção básica, que é o que tinha a pressão da média e alta complexidade no Sistema de Saúde - e o Oscarlino que está aqui, Presidente do Sindicato da Saúde, sabe muito bem o que eu estou falando. Tem município já gastando 33% de sua receita com saúde. Os Prefeitos não sabem mais o que fazer para conter o aumento de gasto na saúde, mas manter o atendimento à população. E obviamente se você não trata na atenção básica, isso evolui. É o procedimento mais caro, mais complexo e que pressiona mais o custo da saúde.

Em educação, anteriormente, tínhamos 25,4%; 25,3%; 25,7%; e no ano passado 29,2% fazendo 2 bilhões, 925 de recursos em educação.

Em segurança, embora não tenhamos um limite constitucional, eu quis demonstrar aqui.. Essa é uma política do Governo do Estado. Desde o começo o Governo tem tido que as áreas prioritárias são saúde, segurança e educação.

Prioridade em gestão pública não é para onde vai o discurso. É para onde vai o recurso, e o recurso está indo para essas três áreas, segurança, saúde, em 2014, de 1 bilhão, 753 para 2.224 e agora, para 2.789.

Os indicadores de segurança demonstram isso. Na crise econômica grave onde principalmente os crimes contra o patrimônio .../lcb

0328au17.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA-...matriz econômica grave onde principalmente os crimes contra o patrimônio eles tendem a crescer.

Os indicadores de Mato Grosso são bem melhores do que de outros estados, mas o Secretário Rogers pode explicar isso um pouco mais.

Então, essa é a série histórica, principalmente saúde e educação, lembrando que educação o piso para esse ano é de 25,5% do total.

E aí os gastos com pessoal:

O Poder Executivo 45.33 da RCL, eu vou comentar o impacto das duas decisões do Tribunal de Contas.

Poder Judiciário com 5.25, o limite é 6;

A Assembleia Legislativa 1.37, o limite é 1.77;

O Tribunal de Contas 1.03, o limite é 1.23;

O Ministério Público 1.58, o limite é 2.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Todos os Poderes abaixo do limite LRF, o limite global de 60, o indicador total menor que isso.

Pode detalhar, por favor, o Executivo?

Este gráfico demonstra claramente qual é o impacto da mudança de metodologia do Tribunal de Contas no cálculo dos percentuais de pessoal.

Nós vínhamos numa trajetória com limite máximo de 49%; o primeiro quadrimestre de 2015 já próximos; no segundo 51, a receita começa a recuperar.

A trajetória começa ficar favorável dando a impressão de que nós íamos voltar para o limite de 49 e aí como as receitas não conseguem mais acompanhar o crescimento das despesas de pessoal, esse indicador volta a crescer.

Efetivamente, dentro da mesma metodologia, no 3º Quadrimestre de 2016 essa trajetória se aceleraria e nós chegaríamos a 54.30%.

O entendimento do Tribunal de Contas de Mato Grosso que acompanhou o entendimento de outros estados trouxe o indicador para 45.33.

A ressalva que eu faço é que em momento nenhum isso virou achatamento de alguma despesa, não teve corte real, isso é meramente um indicador como tantos outros indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhores, se nós estamos nessa crise hoje nas contas públicas no país, se vinte e seis estados têm problemas graves nas suas contas e o estado que propalava que não tinha problema nenhum fiscal passou pela grave crise de segurança nos últimos meses, estou falando do Espírito Santo, me parece claro que a Lei de Responsabilidade Fiscal falhou, não é suficiente para a saúde...

...s/rof...

0328au018.rof

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ...a lei de responsabilidade Fiscal falhou, não é suficiente para a saúde e das contas públicas estaduais.

Mais do que atacar os efeitos, a minha abordagem é que nós temos que atacar as causas e as causas envolve inclusive a preparação para períodos de baixo crescimento econômico com inflação alta.

Então esse é o impacto, embora isso não tenha alívio real, porque já mostrei os números absolutos, ele tem um alívio grande no indicador e nós de maneira muito transparente estamos informando ao Ministério, o cumprimento desse indicador de acordo com os parâmetros do Tribunal de Contas.

Em uma reunião semana passada com dez secretários de Fazenda do Estado, nós pudemos a mesa perceber que diversos dos indicadores que a União acompanha, percentual de despesa de pessoal, calculo do percentual de incentivos ou benefícios fiscais, a própria legislação de ICMS nos Estados, cada Estado foi para um lado, cada Estado tem uma metodologia diferente e nós precisamos começar a fazer a convergência no país. Por exemplo, talvez uma legislação única de ICMS para o país inteiro, metodologias únicas para calculo dessas despesas de pessoal e tantos outros que não é possível você comparar medidas diferentes.

Pode voltar, por favor. Próximo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Ai disponibilidade de caixa bruta em 32 bilhões 066, descontando 860 milhões de resto para pagar, liquidado e não pago do exercício, 64 dos exercícios anteriores, empenhados e não liquidados dos exercícios anteriores a 2016 131,9 milhões, 35 de demais obrigações financeiras, uma disponibilidade de caixa líquida de 974,4 milhões de reais, um resto a pagar empenhados e não liquidados de 2016 de 735 milhões de reais. Esse é o anexo 5.

Pode ir por favor.

Restos a pagar consolidados de exercícios anteriores de 196, do próprio exercício 1 bilhão 596, dos quais 830 se referem a folha de pagamento e encargos e 765 dos demais restos a pagar do exercício, fechando em 1792. Então a disponibilidade financeira deduzida das demais obrigações financeiras 2 bilhões 030,9.

Disponibilidade de caixa bruta do executivo 1 bilhão 417, 856 de restos a pagar liquidados e não pagos, sendo 794 do exercício, 126 empenhados e não pagos, não liquidados dos exercícios anteriores, 35 das demais obrigações...S/drm

0328au19.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... 35 das demais obrigações, 399 disponibilidade de caixa líquida do Executivo, e assim não liquidado o exercício, 657, por isso, fechamos o ano dependendo de receita de 2017, para pagar despesa de 2016.

Finalmente resto a pagar do Executivo 188 de exercício anteriores, 1451 do próprio exercício, sendo 766 de folha, 685 dos demais RP 1640 no total. Então, a disponibilidade financeira deduzida das demais obrigações 1382.

Bom, desculpe Deputado se me alonguei demais, como Vossa Excelência um entusiasta do assunto, das contas públicas, espero não ter sido chato com a platéia, acho que é importante nós fazermos essas pontuações, discutir, estamos aberto ao debate.

Por ultimo, muito tem se falado na imprensa sobre o pacote de ajuste fiscal que o governo, deve, pretende e pode fazer nos próximos dias. Dois registros importantes primeiro:

Não há como fazer nenhuma proposta de ajuste sem entender as conseqüência dos ajustes que a própria União vem fazendo na conta dos Estados, o remédio pode não ser suficiente para o problema ou pode mais amargo do que o necessário para corrigir o problema se nós tomarmos a decisão antes de esperarmos as decisões da União, mas fato é que nós não podemos também esperar para sempre, nós temos um prazo, o Governador determinou para equipe econômica que até dez abril desenhamos todas as medidas por possíveis, com os números codificados para apresentar a ele, para que ele possa tomar decisão. A decisão não será tomada sozinha pelo Executivo, ela vai ser compartilhada com os demais poderes, nós entendemos que o sacrifício tem que ser para todos, o Governo do Estado de Mato Grosso ele mais que o Poder Executivo, e nós temos conversado e dialogado muito com outros poderes, com esta própria Casa de Leis e demais poderes, tentando buscar alternativas.

Repito o que eu disse aqui ano passado, os Estado que partiram para briga dos Poderes começaram com bloqueio judicial de conta, com guerra de liminar, com tantas outras medidas entre os Poderes, quem está sofrendo é o servidor público em primeira instancia e o cidadão também. Não é um caminho que nos leve a um conforto, a saída negociada, o acordo ruim

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ele sempre melhor do que uma decisão judicial que pode prejudicar alguns dos lados e é isso que nós temos buscado dialogar, conversar.

Sei que os Presidentes de Sindicatos de Servidores presentes...s/tmr...

0328au20.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... dialogar, conversar.

Sei que os Presidentes de Sindicatos de Servidores presentes têm muito interesse e têm nos procurados insistentemente para que nós possamos demonstrar quais são as medidas.

A resposta ainda é a mesma. Nós não podemos ainda tomar a decisão sobre essas medidas sem entender quais são as consequências do que está em torno principalmente as medidas do Governo Federal. Então, o Governador determinou esse prazo, 10 de abril, para que nós possamos não só Executivo, mas todos os Poderes apresentar todas as medidas e a partir daí encaminhar uma proposta a esta Casa de Leis que logicamente vai ser debatida com toda a sociedade aqui, Deputado. A responsabilidade do momento histórico é muito grande, senhores.

As decisões que nós tomaremos ao longo de 2017 podem fazer com que Mato Grosso sai mais rapidamente da crise e volte a ter uma grande capacidade de entrega para a sociedade, ou ela pode ser uma medida de ajuste mais branda, o que faz com que o programa se arraste um pouco mais de tempo. Essa é uma escolha que só a sociedade pode fazer.

Cabe ao Executivo propor-las, Deputado, e nós faremos isso ainda no mês de abril, provavelmente, na primeira quinzena, por determinação do Governador e seremos muito claro quanto aos defeitos de cada uma das medidas e qual o impacto fiscal e o impacto para a sociedade de cada uma delas. Eu acho que era isso. Eu estou à disposição para os questionamentos. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Gustavo. Parabéns pela sua explanação que elucidou com certeza várias dúvidas dos senhores participantes desta Audiência Pública.

Eu gostaria de pedir aos participantes inscritos que fossem breves nas suas perguntas até porque tem um rol muito grande de pessoas que se inscreveu nas suas pessoas e nos seus questionamentos. E que o Secretário também fosse objetivo e vamos evitar as réplicas e tréplicas até porque se trata de uma Audiência Pública, e eu acho que o assunto que ora colocado pelo Secretário foi de fácil entendimento com certeza nós possamos ter uma Audiência Pública profícua, sadia e que todos saiam daqui satisfeito com o debate que ora vai ser desenvolvido.

Secretário, em que pese o momento em que estamos vivendo desde o ano passado, praticamente até numa crise sem precedente. E com certeza o Estado de Mato Grosso .../lcb

0328au021.lcb

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA-...e, com certeza, o Estado de Mato Grosso é um Estado eminentemente primário que esses efeitos com essa operação da carne fraca para o exercício seguinte, tanto o que diz respeito o *superávit* da balança comercial brasileira como também deve mexer com as nossas receitas, mesmo assim, Secretário, os números foram positivos, nós tivemos um aumento na receita tributária de 8.9%, o ICMS nosso também cresceu na mesma proporção, o FTE que eu achava que poderia ser negativo houve um crescimento de 11%, o FUNDEB aproximadamente 5%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

E o que me chama atenção, Secretário, é que a receita, as transferências para os municípios diminuíram.

Eu faço uma pergunta a Vossa Excelência, o senhor questionou a Lei Kandir, que eu acho que a Lei Kandir também já cumpriu com o seu papel no Estado de Mato Grosso. Eu me recordo que no ano passado o Deputado Wilson Santos levantou uma bandeira de taxar 50% das *commodities* que saísse fora do mercado brasileiro que não fosse agregado valor industrializado no território brasileiro.

Eu não vi assim, Secretário, nem um posicionamento do Governo do Estado ou da Vossa Excelência, em que pese estava no planejamento para que essa proposta pudesse avançar, até porque existia e existe ainda nesta Casa uma corrente de Deputados que comungam com o seu pensamento, que acho que a Lei Kandir já cumpriu o seu papel aqui no Estado de Mato Grosso, que nós precisamos gerar emprego aqui, que nós precisamos agregar valor aqui no Estado de Mato Grosso, nós precisamos transformar a proteína vegetal em proteína animal, mas precisava que essa iniciativa também viesse por parte do Governo do Estado.

Um outro questionamento, com essas decisões do Tribunal de Contas do Estado fazer com que o imposto de renda pudesse ser computado para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e também a própria Defensoria Pública, os quadros aqui de despesa com os Poderes, em que pese que a folha tem um crescimento realmente vegetativo que nos preocupa, mas somando esses percentuais o senhor vislumbra a possibilidade de pagar a RGA agora na data base...
...s/rof...

0328au022.rof

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –...possibilidade de pagar a RGA agora na data base.

Então deixo esses dois questionamentos com relação a queda de arrecadação dos municípios, a questão da lei Kandir, se existe clima para que a gente possa voltar a discutir uma taxa de 50% que saia do Estado para exportação e ao mesmo tempo se existe essa possibilidade, se o quadro permanecer que pese que esse crescimento da filha é extremamente preocupante de honrar com o dispositivo constitucional de pagar o RGA na data base.

Eu vou passar a palavra, antes que o senhor responda, aqui inscrito, tem o professor Domingos Sávio da Cunha Garcia, Maurício Munhoz, Antônio Wagner, Robson, Ricardo Bortolini, Oscarlino e Leovaldo, então todos terão três minutos para fazerem seus questionamentos e se tem mais alguém que queira da plateia se inscrever, por gentileza procure o cerimonial e vamos fazer os questionamentos a cerca do tema da nossa Audiência Pública.

Com a palavra secretário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Vou de trás para frente. Primeiro o RGA, ainda temos um resíduo do que seria a reposição inflacionaria integral de 2016, 3,92%, isso esta sendo considerado nas simulações de cenário daqui para frente Deputado, porque inclusive nós temos que apresentar isso a União, eles devem nas próximas semanas divulgarem a nova metodologia de calculo do risco dos estados e essa nova metodologia ela olha para frente, nós temos que incluir ali todos os riscos, todos os impactos, então o RGA 2016, 2017, 2018 todos estes cenários estão sendo construídos de acordo com as previsões de inflação período. Se dá para pagar nós temos que char espaço fiscal dentro do orçamento, me parece claro, em algumas simulações que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

nós fizemos lá, de 2015 até agora 2017, se é verdade que o RGC 2016 não foi pago integralmente, o servidor público que não teve nenhum aumento real, não teve nenhuma progressão, nada disso, ele manteve 96,5% do seu poder de compra com as reposições inflacionárias que foram feitas.

Então, esses 3,92 recomporiam essa perna final, ninguém quer perder em termos reais, mas também em tempo de crise isso é característica da economia, muita gente perde, quantas pessoas nós conhecemos ou está desempregada ou o sujeito ganhava mais e esta aceitando um emprego de salário menor, então isso é um fator que afeta a toda a sociedade, quantificado aqui 3,5% para o conjunto dos servidores públicos, o Governo está sensível a isso e um dos nossos trabalhos é buscar espaço...S/drm

0328au23.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-...para o conjunto dos servidores públicos, o Governo está sensível a isso, uns dos nossos trabalhos é buscar espaço fiscal para acomodar esses 392 e os vindouros.

Outro trabalho é retornar a folha para data anteriores ao limite constitucional que o dia dez, o governador determinou isso que nós façam, eu pedi a ele que nós possamos fazer alguns movimentos, então, voltando primeiros aposentados e pensionistas para o dia cinco, depois os ativos para o dia cinco, os aposentados e pensionistas para dia trinta, para finalmente voltar todo mundo para o dia trinta, tudo isso é pressão fiscal em cima do tesouro.

Para vocês terem ideia não *déficit* é pressão fiscal, tem uma metodologia de calculo, podemos apresentar depois. A pressão fiscal em cima do tesouro para este ano ela já passa de 2 bilhões reais, então, nós precisamos administrar essa pressão, o que tem nessa pressão fiscal, todas as perspectiva de aumento, aumento custeio das Unidade Orçamentárias - UOs, aumento de investimento e tudo isso, esse tamanho da pressão que dentro do orçamento 2017, nós temos que administrar no tesouro.

Então, a resposta é. Estamos calculando essa decisão vai ser tomada pelo Governo do Estado antes da data legal.

Quanto as exportações: eu estudei particularmente o tema.

Primeiro lhe dizer que de maneira evidente, Mato Grosso hoje industrializada quase 50% da produção agropecuária no Estado, trinta sete para quarenta cinco, o problema é, da ora que nós criamos mecanismo como esse que um investidor, um empreendedor da aera faz é o que fez em Mato Grosso, ele olha qual é o tamanho do mercado local que consegue e pode atender com lucratividade naquela unidade, se a regra for 50% ele acopla o mesmo volume de exportação e a partir dali não sai mais nada do Estado pela grande operadoras, pelas grande agentes. Na cadeia de carne seriam os frigoríficos, na cadeia da soja seriam tríades, é obvio, empreendedor não perde dinheiro para dar para o poder público.

Então, uma regra simples como essa de cinquenta ela tende não funcionar porque quando você muda variável de mercado, os grandes *players* ele adaptam para isso, Mato Grosso do Sul, já tem sido vitima desse fenômeno, penso que a nossa discussão tem ser diferente Deputado, como fazer para que nós façamos como Argentina, que industrializa 80, 90% da sua produção, lá eles não tem a Lei Kandir, eu penso que a porta aberta da Lei Kandir ela muito mais danosa a possibilidade de industrialização, do que propriamente na taxaçoão, mas estamos a disposição, não podemos tomar uma medida achando que simplesmente tributando...s/cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0328au024.cms

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ...medida, achando que simplesmente você tributando, pega a base que existe hoje e aquilo virará imposto porque a experiência não comprova isso, estamos dispostos a debater com responsabilidade, em que pese que o FETHAB já foi dobrado em cima do setor no ano passado.

Temos algumas comprovações econômicas, o Secretário Adjunto Executivo Vinicius está dedicado a isso com o Henrique da Secretaria de Fazenda, justamente mapeando junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, qual é o feito irradiado que mesmo esses municípios que são produtores e exportadores, têm toda economia. Por que eu digo isso? Se compararmos, por exemplo, vou pegar Primavera do Leste com Poxoréo. A produção agrícola ali ainda que seja destinada a exportação faz uma grande diferença na economia e nos indicadores locais, sentimos isso em diversos indicadores sociais.

Então, temos que tomar cuidado para que, ao invés de elevarmos duas performances, uma medida como essa na travar mais o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Caiu a receita do município?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Basicamente o que pudemos registrar? Em 2015, o realizado tinha sido dois quinhentos e dezoito; em 2016, dois quatrocentos e trinta e seis.

Toda vinculação de repasses aos municípios seguem regras rígidas estabelecidas, eu posso pedir ao Tesouro que demonstre claramente o que foram essas quedas de repasses, devido a quem e em que áreas. Mas, basicamente, são efeitos colaterais da queda da atividade econômica que o País vem sofrendo e, em especial, da base de cálculo dos indicadores de repasse.

Eu posso pedir, Deputado, que façamos uma demonstração específica sobre isso, para que falemos objetivamente sobre os números.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Secretário.

Primeiro, vamos ouvir o Professor Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Bom dia, Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente desta Audiência Pública; Secretário; e demais membros da mesa.

Em primeiro lugar eu quero fazer uma consideração de ordem geral ao Secretário Gustavo, quando ele fala da política macroeconômica do País, eu penso que é necessário considerar que a política macroeconômica é uma opção. Se temos um quadro onde a economia está completamente travada e vivendo uma crise...

...s/nns...

0328au25.nns

O SR. DOMINGOS SÁVIO GARCIA - ... se temos um quadro onde a economia está completamente travada vivendo uma crise, ela é fundamentalmente resultado de uma opção, de uma determinada política econômica. Que a justiça seja feita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Começou por volta de 2013, 2014, ainda no Governo Dilma e se assentou profundamente no governo depois do golpe do Sr. Michel Temer. Uma das consequências disso, por exemplo, é a taxa de juros em vigor no país que é uma das altas do mundo.

Isso tem impacto profundo nas contas públicas, direciona toda política econômica, por exemplo, para gerar o superávit fiscal primário necessário para o pagamento dos juros dessa dívida pública que é cada vez maior.

Sabemos que hoje a dívida pública consome algo como 45% do orçamento da união. Que país sobrevive com uma política econômica cujo o objetivo é tapar esse buraco imenso e a Lei KANDIR tem esse objetivo, ajudar a cumprir essas metas do superávit fiscal primário para pagar os juros da dívida pública que no Brasil é absolutamente ilegal. É tão ilegal que o Governo Federal e os governos estaduais se recusam a cumprir a lei, cumprir a Constituição que, por exemplo, em uma auditoria pública para com isso identificar a sua origem, o seu pagamento, o que é de fato uma dívida que tem que ser paga através do sacrifício de todo o povo brasileiro.

Aqui em Mato Grosso tem uma ação no sentido de que se cumpra a lei e se abra as contas públicas para uma auditoria na dívida do Estado.

A segunda questão, Deputado, que quero colocar, diz respeito aos incentivos fiscais. Sabemos que a saúde no Estado está um caos, vários hospitais no Estado estão extremamente precarizados, graves acontecem regularmente, interrupção de atendimento, gente pelos corredores, pessoas morrendo na porta de hospitais. Isso acontece em todas as regiões do Estado.

Sabemos, por exemplo, que o Estado de Mato Grosso tem uma dívida com a instituição que trabalho, a UNEMAT, de cerca de setenta milhões transmitida publicamente pelo governador e ele admite que não paga, ainda faz propaganda em cima da UNEMAT dizendo que instalará um campus em Cuiabá.

Quando a maioria dos campus estão extremamente precarizados, com necessidades básicas para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas sofrendo com a ausência de recursos e fala que vai abrir outro campus em Cuiabá. Ou com o caso da RGA que não é paga.

Enquanto isso, o Estado tem algo como, admitido publicamente, 2,4 bilhões de reais em incentivos fiscais para várias empresas sem que cumpram efetivamente...

s/ trm

0328au26.tmr

O SR. DOMINGOS SÁVIO GARCIA - ... de incentivos fiscais para várias empresas sem que elas cumpram efetivamente o objetivo para os quais elas receberam esses incentivos fiscais. Inclusive algumas familiares, conhecidas com gente ocupando o poder do Estado de Mato Grosso, conhecida.

Eu peço pergunto então ao Secretário. Por como compatibilizar esse imenso incentivo fiscal, esse imenso volume de recursos destinados ao incentivo fiscal, qual atendimento dessas entidades básicas da população de Mato Grosso que são a saúde e educação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Professor, obrigado!

Com a palavra, o Secretário, mas antes deixa eu registrar a presença do Deputado Nininho.

Seja bem-vindo, Deputado Nininho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Sobre política macroeconômica, obviamente, isso é colocado pelo Secretário de Fazenda pelo Governo Federal, a decisão é autônoma. A política monetária do Brasil tem uma autoridade monetária estabelecida que tem autonomia para estabelecer quais são as regras.

Permita-me, eu acho que nós poderemos ser um pouco mais sinceros.

A empresa da minha família tem incentivo fiscais. Não tem problema nenhum. Isso é público. Ela cumpre os regulamentos, distribui a participação dos lucros aos funcionários. Tem uma série de regulamentos que tem que cumprir como contrapartida ao benefício recebido. Não é só empresa da minha família, empresas concorrentes também receberam os mesmos benefícios para que possam fazer investimentos, gerar emprego, desenvolvimento.

Terei o maior prazer em discutir a política de benefícios que inclusive estamos fazendo isso no Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda.

E aqui um parêntese, Deputado.

Eu acho que a guerra fiscal entre os Estados chegou no limite. Causa um prejuízo gigantesco. É um movimento que Mato Grosso tem que fazer, mas não pode fazer sozinho, Deputado Zé Domingos Fraga. Eu tenho conversado isso com os Secretários de Fazenda. Eu vou lhe dar um exemplo.

Brasília, o Distrito Federal, por uma decisão judicial, ficou impedida de dar benefícios fiscais e cassou os benefícios de empresas que estavam lá. No mês seguinte, elas estavam operando em Goiás, que não tem o mesmo problema.

Obviamente, que nós temos que ter um limite para isso, eu concordo com você. Eu tenho defendido de que todos os incentivos fiscais, inclusive aqueles por imposição do CONFAZ, que existem em todos os Estados do Brasil, eles têm que constar inclusive da Lei Orçamentária Anual para que possamos ter transparência e dentro da mesma metodologia. Veja você que os Estados sequer conseguem ter a mesma metodologia para cálculo de quanto é, o que é benefício e o que é renúncia fiscal. A renúncia fiscal ainda é pior do que o benefício.

O benefício é uma contrapartida para que possa .../dmm

328au27.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... porque a renúncia fiscal é ainda pior do que o benefício. O benefício é uma contrapartida para que possa ter desenvolvimento econômico. A renúncia fiscal é algo como pegar alguém que hoje paga 2% de ICMS e baixar para 7%.

Agora, é importante também registrar que renúncia fiscal também é um mecanismo utilizado muitas vezes para ativação de setores econômicos. O que nós faremos se, por exemplo, os frigoríficos de Mato Grosso continuarem com essa política de não comprar a produção agropecuária aqui do Estado? Nós vamos aumentar a taxação para o gado que sai do Estado? Nós vamos reduzir...? O que vai acontecer com o setor agropecuário? Eu poderia citar diversos outros

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

exemplos, obviamente em um país onde a carga tributária é 40% do PIB, muito da performance dos negócios ela vem de carga tributária.

A minha missão, como Secretário de Estado de Fazenda é uma só, é melhorar o ambiente de negócio no Estado de Mato Grosso, regras claras que valham para todos, nós não podemos ter distorção entre incentivos e benefícios, temos que acompanhar o movimento dos outros Estados e eu estou defendendo o fim dos incentivos fiscais junto ao colega Secretário de Fazenda. Veja você o que é um momento econômico. Estou dizendo aqui, eu, empresário, Vice-Presidente da Federação das Indústrias, dizendo que a guerra fiscal passou do limite. Passou do limite. E o primeiro passo para fazer essa conta é explicitar que todos os Estados devem sair nas próximas semanas, nós estamos costurando um acordo entre os Secretários de Fazenda para que todos os Estados sejam obrigados a depositar os benefícios que concedem no Ministério da Fazenda para em um segundo momento isso possa ser calculado e depois desse cálculo, finalmente nós tenhamos no País qual é o preço finalmente calculado, qual é o preço que a guerra fiscal entre os Estados estabeleceu. E aí as medidas de fim dos benefícios fiscais não podem esquecer de um fator muito simples: Sul e Sudeste estão loucos para que acabemos com o incentivo fiscal, porque naturalmente grande parte dos empreendimentos irão migrar para o Sul e Sudeste e deixar principalmente o Norte, Nordeste e Centro-Oeste como estados atrasados relativamente ao Sul e ao Sudeste do País.

Então, nós temos que fazer essa discussão, concordo com o senhor, ela tem que ser feita com responsabilidade e mais do que isso, acabando os incentivos fiscais, nós temos que garantir ao povo de Mato Grosso outras estratégias de desenvolvimento, porque simplesmente acabar com eles vai condenar cada vez mais os Estados, principalmente dessas três regiões, a um atraso histórico ainda maior. Nós não temos infraestrutura, não temos energia barata, não temos mão de obra disponível, estamos longe dos portos. Qual é a política de desenvolvimento que vai garantir que continuemos crescendo a 10%, 11%, 12% ao ano. É isso que precisamos ter responsabilidade...

...S/LCB

0328au28.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA-...qual é a política de desenvolvimento que vai garantir que continuemos crescendo a 10%, 11, 12% ao ano. É isso que precisamos ter responsabilidade para discutir.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, antes de passar a palavra para o Maurício Munhoz, o senhor falou sobre incentivos fiscais. Nós aqui, eu particularmente, a Assembleia Legislativa, com certeza, não é contra, acho que tem que ter uma gestão diferenciada, tem que ser melhorada. E, agora, como fazer para que os incentivos fiscais não só tragam desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso, mas fazer para que possamos diminuir as desigualdades regionais que existem no Estado de Mato Grosso? Porque os incentivos fiscais foram criados com esse propósito. Infelizmente, ele não alcança esse objetivo, alcança desenvolver o Estado de Mato Grosso, mas de forma polarizada, principalmente nas regiões de produção onde tece a matéria prima que ora está sendo incentivada.

Como fazer para que possamos aí melhorar os indicadores econômicos sociais de determinadas regiões, que infelizmente nenhuma empresa tem interesse de colocar sequer uma unidade nesses municípios para gerar uma meia dúzia de emprego para melhorar a vida da população?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Deixe-me registrar a presença da nossa querida Deputada Janaina Riva.

Com a palavra, Secretário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA- Deputado, eu lhe responderia ainda, eu poderia debater isso o dia inteiro, é um assunto que merece uma discussão ampla.

O que adianta, por exemplo, irmos para algum setor desonerar em 2%, 3% e semana que vem vir o Governo Federal e aumentar mais 2 ou 3% de imposto para cobrir o rombo fiscal federal?

Vou lhe dizer mais: perguntei objetivamente a grandes empreendedores, as *tradings* do Estado, o que nós precisamos fazer para que eles industrializem 80%, 90% da produção aqui.

A resposta deles foi muito simples: “não precisa fazer mais nada, me dá acesso aos crédito de Piso e Confins que temos para exportação que no ano seguinte já pulamos para 70%, 75%, chegando até 90%”. Que é o que ainda fazemos.

O cara não quer levar para fora um produto de menor valor agregado. Essa é a nossa briga. Como não pode ter a Lei Kandir desonerando a exportação bruta de um lado e nós brigando para industrializarmos do outro, o país tem que escolher um rumo.

Então, eu lhe digo que é uma discussão grande, acho que merece uma atenção maior, mas temos que garantir isso para o povo de Mato Grosso. Nós não podemos ficar á margem, vendo Goiás crescer 16%, 18%, 20%, e ficarmos na beira da estrada.

O Paraguai, em que pese muita gente aumenta o fenômeno do Paraguai, o Paraguai tem o PIB um pouco mais do que a região de Ribeirão Preto, mas vai crescer de pressa, baixa carga tributária, não tem complexidade trabalhista, já, já estará mordendo o nosso calcanhar e já tem levado alguns empreendimentos para lá...

...s/rof...

0328au029.rof

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ..já, já esta mordendo nosso calcanhar e já tem levado alguns empreendimentos para lá.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Deixa eu ouvir agora o Sr. Maurício Munhoz, Assessor Parlamentar do gabinete da Deputada Janaina Riva.

(O SR. MAURÍRIO MUNHOZ FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

A SRª JANAINA RIVA - Bom dia a todos, bom dia Secretario, bom dia a toda a equipe do governo que se faz aqui presente.

Na verdade que já tinha até enviado, que eram algumas dúvidas, inclusive que são relacionadas aos debates que frequentemente a gente traz na Casa, uma delas é sobre o déficit da Previdência, que não consta no relatório e a gente queria ouvir do senhor como fica esta questão da Previdência. E outra coisa também que você tinha colocado, não é Maurício? Era sobre a renúncia, a renúncia fiscal também, que também não consta do relatório.

São dois temas interessantes também e os sindicatos estão participando, são dois assuntos que todo mundo gostaria de ouvir, tá secretário, por gentileza.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom Deputada, obrigada pelas perguntas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Obviamente eu não sou um grande especialista no assunto previdência, da parte do tesouro que nós podemos responder é que nos nossos cenários, há algo como 800 milhões de reais de aporte ao sistema previdenciário do estado previsto para o ano de 2017. E aqui queria fazer um parêntese sobre a discussão da reforma da previdência no país. Para este ano de 2017, ano fiscal de 2017, 800 milhões de aporte do tesouro do sistema de previdência.

Queria fazer aqui dois comentários breves. Primeiro, indefinição do Governo Federal com o que vai fazer previdência, ontem definiu e ai me desculpe Deputado, é uma definição que não é uma definição, ele vai aprovar a dele e os estados que não fizerem a própria, em seis meses vão ter que fazer a sua, vocês terão que se preparar porque a pressão vai chegar violentamente aqui nesta Casa de Leis, e é uma pressão que tem um relóginho contando contra o tempo. A qualificação de um debate dessa magnitude, ela é gigantesca, acho que é uma discussão que, me permita, eu não quero ser leviano, respeito de quem esta enviando a proposta, mas seis meses é um tempo muito forte para você tomar uma decisão do tipo ,senão você não tomar decisão nenhuma a decisão já tomada por você. Eu defendo que embora a gente tenha que ter regras gerais no país, os estados tem que ter autonomia para fazer essa discussão, até porque cada um tem um tipo de problema Deputada. Se o nosso é de 800 milhões, tem estados que podem ser o dobro disso em relação a receita e tem estados que pode ser a metade (DEPUTADA JANAINA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

Então temos que discutir duas coisas, estou muito preocupado com esta reforma da previdência, acho que os sindicatos estão aqui falando pelos trabalhadores, vou evidenciar...S/drm

0328au30.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-...estou muito preocupado com essa reforma da previdência, acho que os Sindicatos estão aqui falando pelo trabalhadores, vou evidenciar para vocês só um pequeno desastre que pode acontecer na contas publicas por conta dessa reforma da previdência do jeito que está sendo desenhado.

Vamos pegar um servidor que tenha um salário, uma remuneração de vinte mil reais, ele contribui 11% em cima dos vinte mil reais e se aposenta com algo muito próximo dos vinte mil reais, alias esse é uns dos pontos que os defensores da reforma dizem que o setor se aposenta com 90, 90% da ultima remuneração, no setor privado isso é 30, 40% e alguns artigos estão dizendo que isso incrementa injustiça social no país.

A maior injustiça social que eu entendo é você concordar, estabelecer uma regra e mudarem a regra no meio do caminho, eu digo a vocês, acho que a insegurança jurídica é de longe uns dos maiores problemas do país, quem está aqui, fez concurso, aceitou a convocação e trabalha hoje no serviço público, com certeza leva em conta que poderia ter tido outras oportunidades no setor provado e não o fez porque contou com essa segurança, com essa estabilidade que traz ao final, mexer nisso para quem já está aí é muito complicado, até acho que nós podemos discutir, mexer para os próximos entrantes, não tem problema nenhum, mas pior do que isso, quem hoje recebe vinte vil, contribui com 11%, pela regra nova teto vai ser cinco e quinhentos, vamos admitir que o novo trabalhador que entre ganhando também vinte mil ele vai contribuir 11% em cima de cinco e quinhentos, mas quem se aposentar a aquém ele veio repor, vai se aposentar com vinte mil, ou seja, sai alguém que contribuía com 11% de vinte mil, entra alguém que vai contribuir com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

11% de cinco e quinhentos, essa vida funcional inteira vai aumento o déficit da previdência dos Estado, estou falando só como Secretário de Fazenda do Estado. Isso é um problema serio que ninguém está dizendo, isso quebra as previdências estaduais, é muito lindo dizer, “vamos colocar artigos apara vender, não sei o que” balela, isso ai não resolve previdência em lugar nenhum, previdência são duas coisas calculo atuarial e calculo financeiro, você tem que respeitar essas duas coisas se não você quebra qualquer sistema de previdência.

Obviamente, não sendo um especialista eu me calo, são os pontos de atenção, eu diria que essa é a grande discussão que nós temos que fazer do tesouro oitocentos milhões já vão para isso.

Sobre renuncia e justamente o ponto que nós estávamos discutindo, eu acho que guerra fiscal chegou no limite, alias eu tenho essa certeza, alias a guerra fiscal entre os Estados estão causando um prejuízo enorme entre a nação, nós vamos finalmente poder se tudo de certo com esse encaminhamento que está sendo feito junto ao Ministério da Fazenda, finalmente poder fazer a conta do tamanho da guerra fiscal, do prejuízo que ela traz para o conjunto dos Estado do País e criar regras de saída para guerra fiscal, para os benefícios fiscais, eu vou fazer mais uma virgula aqui, muitos criticam os incentivos de Mato Grosso...s/cms...

0328au031.cms

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ...eu irei fazer mais uma vírgula aqui, muitos criticam os incentivos de Mato Grosso, pelo menos, eles têm leis e decretos regulamentando isso aí. Tem estado que senta à mesa para negociar conosco no Ministério e pede para abrir prazo para editar a lei, regulamentando o incentivo que está dado da gaveta sem cobertura de lei e nem decreto. Esse é o tamanho da guerra fiscal que temos no País, gente lutando com arma que você nem enxerga.

Como é que eu vou concordar em convalidar incentivo fiscal do Estado se eu nem sei qual é esse incentivo fiscal? Eu não aceitei essa proposta, eu exijo primeiro que os estados depositem os incentivos, para depois falarmos de regras de convalidação e saída dos incentivos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário...

A Sr^a Janaina Riva (FORA DO MICROFONE) – Deputado Zé Domingos Fraga, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, a Deputada Janaina Riva.

A SR^a JANAINA RIVA – Qual é o valor de renúncia, Secretário, do ano de 2017? Quanto foi de 2016? Desculpe, e qual é a de 2017?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Claro, vamos lá.

Qual é o grande problema? É justamente a metodologia de cálculo de como é essa renúncia entre todos os estados. Para o Estado de Mato Grosso ela é de pouco mais de dois bilhões e meio de reais nos parâmetros atuais de cálculo. O entendimento do Tribunal é que você tem que calcular como renúncia o ano onde é concedido o incentivo e mais dois anos. Eu entendo diferente. Eu acho que aquele incentivo não resultou em crescimento econômico, virou renúncia.

Desculpe, eu não sou um legalista, sou engenheiro, empresário, essa é a minha trajetória, mas eu entendo que se você der um incentivo para um determinado setor que era para gerar emprego, gerar desenvolvimento econômico, aumentar e tal não sei o que, aí ficou do mesmo tamanho, às vezes, até reduziu, não foi incentivo, aí é renúncia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O próprio conceito de incentivo e renúncia precisa ser discutido. O que eu entendo como positivo? O incentivo. O incentivo é dou uma contrapartida temporária, não pode durar para sempre; tributária, às vezes, pode ser financeira; e explícita na LOA. Eu tenho defendido junto aos colegas secretários de fazenda, na reunião na semana passada lá no Ministério ficamos dez minutos debatendo esse tema como o consenso de que os incentivos para serem convalidados no CONFAZ, eles precisam ter a renúncia fiscal explícita na LOA dentro da mesma metodologia e eu defendo isso.

Se cumpriu o papel, se trouxe desenvolvimento, tudo bem, um ano e mais dois. Se não trouxe o benefício esperado, eu acho que tem que começar a ser computado como renúncia até para o Estado ter o poder de dizer: olha, sinto muito não deu certo, era uma iniciativa nobre, uma estratégia nobre.

Darei um exemplo, Mato Grosso do Sul reduziu o ICMS de combustível e óleo diesel para 12%. Disse que com isso iria vender mais, porque tinha muita venda em São Paulo, que o estado iria arrecadar, que iria igualar a alíquota com São Paulo e tal. Eu sentei com o Secretário de Fazenda de lá, ele abriu os números para mim, a conta foi o seguinte: durante seis meses um prejuízo de noventa milhões de reais para o Estado. A tese era linda...

...s/nns...

0328au32.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... reais para o Estado. A tese era linda, vou igualar a alíquota, o preço fica igual ao de São Paulo, as transportadoras começam a abastecer aqui, ficará maravilhoso, seis meses depois, eles cancelaram a medida. Isso que falo que tem que ter gente, acompanhamento. Não adianta tomar medida, aumentar ou diminuir tributos, é um acompanhamento que vira um desastre.

A SRª JANAINA RIVA – O Deputado Zé Domingos Fraga entende muito desse assunto, mas até, Secretário, na verdade, o incentivo é um pacto continuado, vamos dizer assim; você concede um incentivo e aguarda os resultados.

O que vimos, na verdade, no decorrer do ano de 2016, foi que muitas das empresas que recebem incentivo ainda estão recebendo incentivo, estão, inclusive, decretando falência, é o caso de algumas empresas que o Estado de Mato Grosso concedeu o incentivo fiscal. Será tomada alguma medida, o Senhor sabe me falar?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – A SEDEC tem regularmente notificado, o Secretário Ricardo pode falar com um pouco mais de propriedade para comprovação das contrapartidas, mas disse aqui no começo da audiência Deputado.

Temos hoje no Brasil inteiro sessenta milhões de brasileiros com problemas no SPC e no SERASA de regularidade fiscal e 50% das empresas do país, esses são dados do Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, com problemas de regularidade fiscal ou de inadimplência bancária. É a crise. Acho que também temos que levar isso em conta, mas não é possível que dure para sempre sem contrapartida, temos que entender isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, antes de passar a palavra ao Deputado Nininho, rapidinho. Qual é a metodologia que a Secretaria de Fazenda, juntamente com a Secretaria de Indústria adota para avaliar esses incentivos fiscais e de quanto em quanto tempo que essas análises são feitas?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom, da parte da Secretaria de Fazenda, nós cobramos a regularidade fiscal. Recentemente, começamos a acompanhar de maneira mais próxima também o período menor dos recolhimentos, em contrapartida do PRODEIC, por exemplo, o FUNDEIC, resultante do PRODEIC. Fiscalização para verificar se aquelas empresas realmente estão atuando no ramo em que se propõe e se tem capacidade operacional para receber aquele benefício.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Indicadores, alguns indicadores?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Da parte fiscal sim, acompanhamos via banco de dados, o faturamento das empresas e eles têm que apresentar o QRF, que é o quadro de renúncia fiscal. Esses dados estão consolidados dentro da Secretaria de Fazenda, além dos acompanhamentos.

Outros indicadores, geração de emprego, a contrapartida social, participação nos programas de lucros e resultados, tudo isso são feitos pela Secretaria que consegue o PRODEIC, a SEDEC.

Outros benefícios que estão no regulamento do ICMS, eu questiono fortemente. Sei que vou apanhar aqui, mas vou dizer Deputado. Exoneramos...

S/ tmr

0328au33.tmr

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... do ICMS eu questiono fortemente, eu sei que eu vou apanhar aqui, mas eu vou dizer, Deputado. Nós desoneramos ICMS de carne no Estado de Mato Grosso.

Eu defendo que se isso se rever em preço melhor para a população, e, principalmente, para as camadas menos favorecidas da sociedade, isso é bom incentivo. Mas eu não compreendo isenção de ICMS para picanha e filé mignon. É uma coisa que eu tenho dificuldade de compreender ainda mais comparando o preço. Eu estou dando exemplo aqui, poderia dar tantos outros. Eu acho que todos os benefícios quando eles têm objetivos quando são criados, e temos que verificar. Está cumprindo? Essa desoneração chega ao consumidor final? Não chega? E grande parte disso, gente, é a reforma tributária tem que resolver. Esse é outro assunto importante. Não dá para você comprar pasta de dente no supermercado com a carga tributária, na farmácia com outra e no mercadinho com outra.

Pasta de dente tem que ter uma carga tributária só para todo mundo saber qual é. Se não vamos criando desigualdade e incapacidade de competir. Tem setores, como por exemplo, revenda de pneus que o cara não consegue vender pneu, porque no supermercado é mais barato vender pneu do que na revenda de pneu. Aí mata a economia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Então, Vossa Excelência é contra o CNAE?

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Eu sou contra o CNAE. Eu acho que tem que ser tributado.

Não adianta estabelecer uma ... Isso é ótimo ao empresário, é excelente ao contador, tem menos trabalho, a alíquota única para atividade da empresa, mas é péssimo para a economia e temos que ter essa sensibilidade, e eu defendo isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Com a palavra, o nobre Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Cumprimentar o nosso Deputado que preside esta Sessão, Deputado Zé Domingos Fraga; Deputada Janaina Riva, cumprimentar o nosso Secretário Gustavo; em nome da Maria Célia, eu quero cumprimentar todos os demais aqui funcionários, parceiros da Secretaria de Fazenda; em nome do Bosco, eu quero cumprimentar todos os líderes sindicalistas que acompanham esta Audiência Pública e cumprimentar a imprensa presente, eu acho que, Secretário, peço desculpas eu perdi a metade da Audiência Pública, cheguei um pouco atrasado, mas quando se trata desta questão de incentivos, o que eu venho que ocorreu aqui no nosso Estado, Secretário, nós tivemos um passado onde teve uma desordem na questão dos incentivos fiscais.

E onde não teve talvez um critério mais rigoroso na questão de conceder o incentivo e muito menos na fiscalização dessas empresas.

Haja vista que hoje tem um déficit absurdo de empresas que estão inadimplentes com o Estado, porque estava muito fácil. As empresa vinham, aqui se instalavam, pediam incentivo e faziam .../dmm

0328au34.dmm

O SR. NININHO -...porque estava muito fácil, as empresas vinham, aqui se instalavam, pediam incentivo e aí faziam um ano aqui no Estado, sem recolher um imposto sequer e aí sumiam, que eram os famosos malas pretas que vinham de Ponta Porã, levavam grande parte da nossa produção agrícola toda embora, toda desonerada por um incentivo e essas pessoas nunca deixaram um benefício sequer no nosso Estado.

Então, eu acho que o benefício em um Estado como o nosso não tem como desenvolver se não tiver um incentivo para motivar os investidores vindo para o nosso Estado, nós estamos aqui no Centro-Oeste do País e não podemos competir com que está lá nos grandes centros. Realmente tem que achar algum critério, porque aí está claro o número do desemprego, as empresas estão recuando. Então, eu acho que tem que achar um equilíbrio realmente, Gustavo, e achar um equilíbrio justo, um equilíbrio que não cometa injustiça de inviabilizar, muitas vezes, pessoas que estão na atividade há muitos anos, que ajudaram a desenvolver este Estado, e que hoje tendo em vista um incentivo que muitas vezes foi concedido de uma forma desordenada, acaba inviabilizando essas pessoas que já contribuíram muito com este Estado.

Eu sempre digo que essa questão não é justa, eu acho que é uma questão que tem que ser vista na legislação, que é onde uma pessoa abre uma empresa que vende de pedra de anil a agulha e até avião. Isso não existe. Sabe por quê? Porque aí a pessoa incentiva aquele CNPJ e aí é o caso que ocorre hoje, muitas vezes. Eu vou citar aqui um exemplo: você vai comprar um pneu da Pirelli, na loja da Pirelli custa “x”; você vai lá na City Lar custa “y”. Por quê? Porque a City Lar é desonerada! Em a própria loja da empresa não consegue competir.

Então, eu acho que são coisas que não pode ocorrer, isso tira muita gente da atividade de uma forma injusta.

Secretário Gustavo Oliveira, o que ocorre é que nós precisamos de medidas de decisões mais rápidas, mais urgentes, nós estamos patinando muito. Estamos com dois anos e pouco, nos reunimos, falamos e muitas vezes demora demais para se tomar decisão. Essa Reforma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Tributária era para ter ocorrido no final do ano, onde criou um desgaste naquele momento, saiu na imprensa, não sei quem colocou, dizendo que esta Casa, a Assembleia Legislativa estava se recusando em analisar. Nunca, nem chegou aqui esse Projeto da Reforma Tributária, Secretário Gustavo Oliveira.

Então, essa Reforma Tributária tem...
...S/LCB

0328au35.lcb

O SR. NININHO-... nunca, nem chegou aqui esse Projeto da Reforma Tributária, Secretário Gustavo Oliveira.

Então, essa Reforma Tributária tem que ocorrer, tem que ser feito justiça, não podemos acreditar que este Estado ficará só na carga do agronegócio porque daqui a pouco rebelará esse agronegócio e recua aí e vem com uma pressão para cima, a hora que nós Deus o livre perder um incentivo desse, o FETHAB II, aí sim desestabiliza o nosso Estado. O segmento estava muito bom, até poucos dias quando um saco de soja estava 70 reais, o agricultor pagava o FETHAB sem muita reclamação. Hoje a soja já está 50; 55 e o nego já está sentindo no bolso o FETHAB, Deputado Zé Domingos Fraga, eu já tenho visto muita reclamação.

E assim está no boi, sabe, também, nós dobramos o FETHAB no boi, e nós precisamos sim que o Estado, esses fundos, esse FETHAB que foi criado fique realmente para investimentos, que ele já dará o retorno. Só de estar investindo, automaticamente, isso já gera a receita para contribuir com o caixa da Fonte 100 que gera o ICMS, só a circulação desse dinheiro já contribui muito com o Estado. Agora, nós precisamos sim de algumas medidas que sejam rápidas onde tem algum segmento a não ser o agronegócio que tem que encostar o umbigo no balcão.

Esses dias nós discutimos lá, Deputado Zé Domingos Fraga, a questão dos atacadistas, se não tributar o atacado não tem como você querer melhorar a arrecadação, o atacadista no momento simplesmente vai repassar, ele vai passar do consumidor final.

Então, acho que tem algumas medidas que nós temos que tomar com urgência, Secretário Gustavo, eu vejo com muita preocupação quando o nosso Estado está com *déficit* e não consegue arrecadar para fechar a folha e se não tomar essas medidas, com certeza, nós vamos patinar mais ainda, acho que tem que se tomar essas medidas para poder...

A S^a Janaina Riva – É 3,7% não é?

O SR. NININHO – É. Eu acho que o que se gastou na educação é um número bem maior. Quero aqui até com relação a educação dizer que nós temos aqui sim, é um direito dos professores, mas já tivemos discussões no pagamento da RGA, mas o Estado pelo que estamos gastando na educação, a nossa educação deixa muito a desejar em nosso Estado.

Quero dizer que eu não posso concordar, um Estado que gasta o que gasta com a educação e quando nós pegamos o terceiro melhor piso dos servidores e nós temos a vigésima quarta pior educação...

...s/rof...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0328au036.rof

O SR. NININHO – ...eu não posso concordar, um Estado que gasta o que gasta com a educação e quando nós pegamos o terceiro melhor piso dos servidores e nós temos a vigésima quarta pior educação.

Então eu acho que tem algo errado, eu sou de acordo, acho que o servidor tem que ganhar um salário digno, justo, mas também tem que fazer a parte dele e estou vendo que neste setor deixa muito a desejar em nosso Estado, a nossa educação tem muito que melhorar. Então acho que tem o direito de cobrar, mas tem também dar retribuição que é dar uma educação de qualidade para os nossos filhos e para os nossos mato-grossenses, que são eles que pagam salário de cada um dos servidores.

Então, eu quero só dizer Sr. Gustavo que com certeza, essa Casa sempre esta aberta para contribuir com o Governo, para ajudar nestas decisões. Nós precisamos sim fazer com que estes projetos, essa questão tributária, essa questão dos incentivos, cheguem para nós aprovarmos e dar uma segurança jurídica para os investidores continuarem a vir investir no nosso Estado, porque se esses investidores recuarem, com certeza nossa situação cada dia vai piorar mais ainda e vai se agravar mais.

Então nós precisamos sim agilidade para esses processos sejam apreciados a aprovados o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, o senhor quer fazer algumas considerações, bem rapidinho? Obrigado Deputado Nininho.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Queria concordar com o Deputado Nininho e mais do que isso, fazer outra reflexão aqui.

Algumas regras eu não entendo no setor público e as pessoas tem clara dificuldade em me explicar. Vou dar um exemplo aqui: saúde, a vinculação constitucional diz que 12% da receita do estado tem que ser aplicada em saúde. Isso é pouco ou é muito? Depende o quanto as pessoas dependem do sistema público de saúde. Para o Estado de Mato Grosso, que tem 3 milhões e 300 mil habitantes, investir um bilhão 416 tem se mostrado pouco, mas a LRF estabelece isso como um piso e o resto fica comprimido dentro do orçamento, 25,5% para a educação que é o mínimo ou 29,2 que é o que a gente aplicou, é muito ou é pouco? Depende do número de alunos atendidos na rede pública. Esse é o tipo de regra que vale para todos os estado e que no fundo não tem benefício nenhum para ninguém. Brasília gasta 850reais por ano, por habitante usuário do sistema público de saúde, é quatro vezes mais do que a gente gasta e também não é suficiente, os hospitais públicos de Brasília estão detonados. Tem uma iniciativa muito boa nesta Casa, que é a lei de eficiência pública, acho que mais do que discutir quanto, a gente precisa discutir a qualidade...S/drm

0328au37.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-...nós precisamos discutir a qualidade do gasto se não, nós vamos cada vez mais colocar mais dinheiro e mais dinheiro se perder no meio do caminho.

Então, temos que discutir quanto sim, temos que discutir a eficiência com que esse gasto chega lá na ponta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Deixa aqui eu registra mais uma vez aqui a presença do Deputado Wagner Ramos.

Agora sim, quero convidar Antônio Wagner Oliveira, coordenador Geral da Central Brasileiro, Wagner Vossa Excelência tem três minutos, vamos a ater a nossa Audiência Pública, porque ainda tem o Oscarlino para falar.

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA - Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, cumprimento a mesa de autoridades, em nome da Deputada Janaina Riva, cumprimento todas as mulheres presente do plenário, em nome do companheiro Oscarlino cumprimento os demais dirigentes sindicais, de fato Oscarlino fez a inscrição primeiro, o colocaram por ultimo.

Eu vou ser bem breve, eu quero discutir um tema bem especifico. A cerca de três meses nós criamos o núcleo mato-grossense pela auditoria da dívida publica do Estado de Mato Grosso, que é um núcleo que responde ao núcleo nacional da dívida pública, núcleo nacional pela auditoria cidadã da dívida publica criada pela Drª Maria Lúcia Fatoreli.

Na ocasião nós solicitamos da Secretaria de Estado de Fazenda, todos dados relacionados a dívida pública do Estado de Mato Grosso e aqui eu peço mais uma vez o compromisso desta Casa de leis.

Senhores Deputados, se comprometam com dívida pública e uma possível auditoria cidadã da dívida pública do Estado Mato Grosso. A dívida pública mais uma vez tem aumentado os seus índices em 8% conforme o relatório do Secretário Gustavo.

Lembrando que 1998, nós devíamos novecentos milhões dívida pública, isso somado com duzentos milhões do BEMAT, o Governo do senhor Fernando Henrique Cardoso, fez uma renegociação com Estados, eu costumo brincar, que era melhor nós termos renegociado essas dívidas com Arcanjo que teria ficado muito mais barato para o Estado de Mato Grosso, nós já pagamos 10 bilhões em dívida pública e hoje nós devemos ainda 6 bilhões.

E aqui Secretário Gustavo, eu peço uma avenha para descorda de Vossa Excelência, não foi só o Governo passo responsável por isso, foram outros governos anteriores responsáveis por isso, a Casa de Leis também responsável por isso e agora nós estamos pagando...s/cms...

0328au038.cms

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA – ...a Casa de Leis também responsável por isso e agora estamos pagando novecentos e oitenta e nove milhões com o serviço da dívida; trezentos milhões de juros e seiscentos e nove milhões com amortização que impressionantemente nunca amortiza a dívida real.

Eu peço o compromisso desta Casa para a auditoria cidadã e peço publicamente que a Secretaria de Fazenda que já está com atraso para entrega desses documentos solicitados pelo Núcleo Mato-grossense pela Auditoria da Dívida Pública, os forneça ao Núcleo porque teremos apoio do Núcleo Nacional para fazermos uma auditoria nas dívidas públicas do Estado de Mato Grosso e apresentar relatório para esta Casa de Leis.

Outro ponto que é muito importante que discutamos e o Secretário aqui fez uma fala interessante nisso, até entendo um contra-senso num certo ponto, porque o governo do Estado através do Secretário reclama das desonerações do governo federal porque reduz as receitas dos estados. Os estados fazem a mesma coisa com os municípios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu perguntei para o Presidente da AMM certa feita, se a AMM tinha o relatório de quanto os municípios perdiam em repasse do Fundo de Participação dos Municípios por conta das renúncias e incentivos fiscais, porque os municípios perdem muito com isso também.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, o que justifica o sigilo dos dados dos incentivos fiscais? Quais os valores, as contrapartidas sociais? Quais as empresas? Quem fiscaliza essas contrapartidas? Cadê, onde estão e se existem esses relatórios? O que justifica que tais dados sejam sigilosos? São renúncias, incentivos fiscais de recursos públicos?

Até porque num governo de transformação como este governo se autodenomina é necessário que se transforme também a transparência, com isso se impede que faça uma verificação da correlação das empresas beneficiárias com os incentivos públicos, com as empresas doadoras de campanha? Esse sigilo torna muito espúria essa concessão de certos incentivos públicos, incentivos e renúncias fiscais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Wagner, um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA – para concluir, quero só fazer um contraponto na fala mais uma vez do Secretário. O Secretário usa aqui um salário de vinte mil reais como se fosse uma realidade de 100% dos servidores do Estado. Não. Isso é uma realidade, no máximo, 10% de algumas categorias.

Agora o Secretário falou de sinceridade, vamos ser sinceros, os fiscais, auditores, gestores, procuradores, defensores públicos e delegados, das 32 e duas categorias nós podemos listar no máximo seis categorias...
...s/nns...

0328au39.nns

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA - ... defensores públicos e delegados das trinta e duas categorias, podemos licitar, no máximo, seis categorias. Incrivelmente, sociedade de Mato Grosso, são exatamente as seis categorias que não foram para a luta conosco na RGA.

O Governo com a Previdência Pública quer financeirizar nossos direitos porque a PEC 241, aliás a PEC 287, a PEC da Previdência obriga que estados e municípios criem as previdências complementares que poderão ser geridas, inclusive, por entidades privadas de previdência.

Ou seja, despejaremos do bolso do trabalhador bilhões e bilhões de reais nos bancos e organismos internacionais mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Wagner...

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA – Só para concluir, queria saber qual é o compromisso do Governo do Estado com os erros do passado? Por que não faz uma CPI da Previdência? E por que não audita a dívida pública? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado Wagner.

Com a palavra o Secretário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Sobre CPI, obviamente, não me manifesto, acho que é um assunto da Assembleia, talvez os Senhores podem falar.

Sobre os incentivos fiscais, disse claramente, tem problema de metodologia de cálculo. Tem muita coisa que não entendo que é a renúncia hoje não é considerada no cálculo de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

renúncia pela metodologia que existe e tenho defendido junto aos colegas Secretário de Fazenda e ao Ministério da Fazenda para que possamos, nesse processo de convalidação ou não dos incentivos que já existem, ter uma metodologia única para isso.

A guerra fiscal chegou ao limite, Brasília, por exemplo, cassou o incentivo de determinadas indústrias que deveriam recolher doze e recolhiam só dois e meio por cento, cassou... Deixe-me chegar lá. Você teve seu tempo para falar, deixe-me falar no meu.

Então, dois e meio por cento, fechou no dia seguinte e o empreendedor que estava lá mudou a fabricação de cimento para Goiás onde tinha uma unidade incentivada, fecharam os incentivos, simplesmente pode, não quer dizer que vai levar ao fechamento de algumas das empresas.

Temos que ter um plano para que se essas empresas fecharem tem que repor a receita pública. Não adianta só falar assim, “vou mandar a Mitsubishi embora da Catalão”. Vai repor como o ICMS, os empregos e tudo isso que fica para a sociedade? Temos que ter essa responsabilidade.

Quanto à transparência, o primeiro passo, está na LOA. Segundo passo que estou defendendo junto ao Ministério da Fazenda que tem um campo específico na nota fiscal, onde vai constar uma alteração de cada empresa, o volume de benefício fiscal daquela operação e os quadros de renúncia fiscal que são entregues à Secretaria de Fazenda e são consolidados no total e por benefício concedido, obviamente por questão de sigilo fiscal, temos um impedimento e o impedimento que é um entendimento para que possamos explicitar isso. Se não for esse o entendimento jurídico não tem problema nenhum.

Quanto à auditoria da dívida pública, quanto mais gente se debruçar sobre o tema...
s/ trm

0328au40.tmr

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... Quanto à auditoria da dívida pública, quanto mais gente se debruçar sobre o tema, melhor. Fato que a União virou agiotas dos Estados, e que os Estados já pagaram as suas dívidas três, quatro, cinco vezes, e ainda tem um resíduo ainda maior para pagar do que tinha originalmente.

O Estado de Mato Grosso lá atrás fez um movimento para dólara a dívida. Nós não sabemos se isso foi bom ou ruim até o final do pagamento da dívida. Isso é um fato. Não sabemos qual foi o crédito, não sabemos qual foi a taxa de juros, o que vai ser. Tem que esperar chegar ao final para saber se foi bom ou foi ruim, comparado com o que, o que seria? Se agora tem um perdão do juro, muda a metodologia. Aquele negócio que fizeram lá atrás que poderia ser bom e passa a ser ruim. Vamos esperar o final para saber. Os documentos estão sendo preparados para a equipe e nós vamos disponibilizar não só a vocês, mas de maneira transparente a toda sociedade.

Pedimos inclusive ao STN que nos remeta os processos originais dessas autorizações que nós tivemos para contrair dívidas, porque muitos desses documentos não foram localizados na Secretaria de Fazenda, mas o STN guarda esses documentos lá e nós vamos em breve disponibilizar não só ao solicitante, mas a toda a sociedade. Acho que isso é muito saudável que nós possamos auditar o que foi feito e entender se foi feito dentro dos princípios legais e com bons negócios.

Por último me chegou uma pergunta aqui, Deputado, sobre a questão do cálculo. Eu nunca disse que a maioria dos servidores ganham vinte mil reais. Eu usei como exemplo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

Naturalmente tem servidor que ganha vinte mil reais. E tem servidor que ganha mais do que vinte mil reais.

E têm servidores de outros Poderes que ganham muito mais do que vinte mil reais. Nós vivemos num país onde o teto, ninguém respeita o teto. Nós vivemos num país onde que tem a lei, e a lei é flexibilizada. Quer dizer, é um fato. Poderia ter usado com dez mil reais, com seis mil reais, para descer para 6.500. A conta é a mesma. Se tem gente ganhando mais do que o teto e que vai contribuir para a Previdência pública com o teto até que ele se aposente e isso impacta o cálculo para pagar a aposentadoria de quem se aposentou acima do teto, do novo teto, sugere um déficit nas contas públicas. Eu não estou tratando da questão específica de quem vai receber. Eu estou fazendo uma análise do ponto de vista do Tesouro estadual. Menos dinheiro entrando, mais benefício para pagar, alguém tem que cobrir essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, o Sr. Robson Cireia, Diretor de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores.
(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Oscarlino, eu estou seguindo aqui

.../dmm

0328au41.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – ...Eu estou seguindo aqui a ordem cronológica!

O SR. ROBSON CIREIA – Bom dia a todos e todas!

O meu nome é Robson, sou professor da rede estadual e o meu salário líquido este mês foi R\$ 3.200,00, eu pago um empréstimo no valor de R\$ 140,00 por mês para pagar algumas dívidas. Então, esse é o meu salário líquido.

Começo falando que na minha categoria, essa é a média salarial e nós somos mais da metade dos servidores do Estado.

Nós, do Movimento Sindical, viemos aqui, hoje, algumas pessoas que me antecederam já questionaram a renúncia fiscal e tudo isso que tem aqui no Estado. Como eu vejo isso já fazendo uma avaliação não estudiosa do caso, mas nós, da educação, recebemos um gasto mensal do nosso Estado que equivale ao mesmo valor gasto com renúncias fiscais. É mais ou menos assim: quatrocentos e trinta mil ou mais alunos tem o mesmo recurso que quarenta empresários. Não sei quantos são, não sei quem é, quem recebe, é por isso que nós estamos pedindo, de repente eu estou falando uma abobrinha, de repente são milhares, mas de repente são poucos, mas é como se uma sala tivesse dois bilhões e quatro arenas do nosso estádio, da Arena Pantanal tivesse dez arenas cheias e recebesse outro dinheiro, que é dinheiro da educação. Dez arenas cheias, cheias com quarenta mil pessoas.

Então, é esse tipo de questão que colocamos para fazer o debate, o valor da merenda da escola por aluno é centavos. E às vezes os diretores fazem uma manobra para conseguir garantir a merenda boa para o aluno. O que eu falo merenda boa? Nós avançamos, hoje se come arroz e feijão na escola, isso é positivo. Na minha época não tinha ar-condicionado nas escolas,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

foram anos de luta na melhoria, de dez anos para cá, desse Governo ruim, que acabou com o País, de dez anos para cá aconteceram essas transformações...

...S/LCB

0328au42.lcb

O SR. ROBSON CIREIA –...ruim que acabou com o País, de dez anos para cá aconteceram essas transformações.

Bom, sobre isso, eu queria perguntar o seguinte, Secretário Gustavo oliveira, além da RGA que já foi questionada pelo Deputado, nós da educação temos a Lei nº 510, que é na verdade a questão da inflação somada a nossa dobra do poder de compra dos salários, porque o nosso salário da educação, gente, entramos com a mesma formação que os demais colegas, mas temos um salário bem menor. Há casos da pessoa entrar com a formação de nível médio e ter o mesmo salário que nós que entramos com o nível superior.

Será cumprida a Lei nº 510 junto da RGA?

E aproveitando uma posição aqui e o momento, quero dizer que sobre a Reforma da Previdência, independente de quem vai fazê-la, nós faremos uma greve geral no país, já está marcada, no dia 28 de abril nós faremos; no dia 31, agora, faremos um ato aqui, reuniremos milhares de pessoas e faremos uma greve geral e, provavelmente, terá greve como na Década 80 parando todos os setores do país, porque não aceitaremos a retirada de direitos de Governo Estadual, Municipal, Federal, em hipótese nenhuma aceitaremos isso.

Agora, os Eeputados, os Governos e todos terão que dizer de que lado eles estão. E nós estamos publicando, publicizando, e vamos publicar muito mais quais as posições dessa. E ficará claro quem é quem no Poder Político hoje?

Acho uma coisa importante para pensarmos qual é o rumo. O rumo é esse que estamos apontando de fazer auditoria da dívida, de questionar o poder financeiro, o poder econômico ou o rumo é baixar salário, tirar direitos e atacar a classe trabalhadora?

Esse é o momento de decisão e esse é o momento que apontaremos para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Robson. Com a palavra, Secretário.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Obviamente, em todos os cálculos de projeção que estamos fazendo estamos levando em conta a aplicação das leis de carreira que já foram aprovadas, isso tem impacto nas contas públicas, principalmente, você disse bem, pelo número de servidores, talvez metade aí dos servidores do Poder Executivo, mas tem que ser considerado o impacto disso e o Governo tem que adotar medidas para fazer jus a isso.

Então, em todas as nossas simulações, as leis de carreiras que já estão estabelecidas elas estão sendo computadas no esforço fiscal dos próximos anos, a conta tem que fechar e, então, para esses casos, principalmente pelo lado da receita onde buscaremos a receita para fazer frente a esses compromissos já assumidos...

.../rof...

0328au043.rof

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA –...receita para fazer frente a estes compromissos já assumidos executivo em gestões anteriores porque o governo é um só, muda a gestão mas o governo continua e esta segurança é preciso que seja feita.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Dando continuidade a nossa Audiência, eu convido Sr. Ricardo Bertolini.

O SR. RICARDO BERTOLINI – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia Secretário Gustavo, Deputado Zé Domingos, Deputado Nininho, Deputada Janaina Riva, Deputado Wagner Ramos. Colegas sindicalistas, a equipe da SEFAZ, nossa colega Sr^a Maria Célia.

Na verdade secretário, o que a gente observou da apresentação, foi de que nas despesas não tem mais espaço, está comprimido e certamente nós não vamos aceitar a retirada de direitos dos servidores, não vamos aceitar isso de forma alguma e vamos inclusive exigir o RGA que está dentro do orçamento para 2017.

O que nós podemos avaliar com isso? O governo, na nossa visão, o Governo ele tem uma prioridade, ele está investindo forte aqui na segurança, a gente tem visto isso no caminho de casa para cá, eu passei ali no Palácio e vi várias viaturas para a policia civil, tem um investimento muito grande, temos concurso previsto para delegados de policia, temos concurso para outras áreas e nós, Secretaria de Fazenda, os dois cargos mais importantes e que trabalham diretamente na arrecadação do Estado, nós temos hoje 35% de vacância e em 2017, do pessoal que já esta com direito a aposentar e certamente pode aposentar, nós teremos 50%.

Então, a nossa visão é que deva se mexer na receita, temos uma receita para ir buscar, nós temos isso e o senhor saber disso, já verificou, já teve oportunidade conversar com o Sr. Paulo Brustolin, com Sr. Seneri Paludo e agora com o Sr. Gustavo a mesma conversa, nós tivemos no seu gabinete, mostramos e cobramos, só que tem que se tomar esta postura e encaminhar aqui na secretaria ...S/drm

0328au44.drm

O SR. RICARDO BERTOLINI -...só que, tem que tomar essa postura e encaminhar aqui na Secretaria, aqui na Assembleia Legislativa, essa decisão é amarga mas tem que passa, nós tivemos um problema serio ano passado, de aprovar um decreto, um decreto gente! É poder do Executivo, o Governo tem que tomar essa posição.

Veja nós temos hoje equipes e essa arrecadação que está eu recebi com bom grado essa parabenização do grupo TAFF, porque veja bem, todo o trabalho que é feito com arrecadação de 9% real de 9% não é atribuído ao grupo TAFF, era atribuída a Procuradoria, era atribuída ao CIRA, muito colegas não sabem que para chegar no CIRA, para chegar na Procuradoria teve trabalho nosso, teve trabalho do fiscal de tributo, teve trabalho de uma agente de tributos.

E hoje nós temos uma precarização lá na Secretaria de Estado de Fazenda, nós temos falta de pessoal, temos um decreto barrado aqui na Assembleia Legislativa que prejudicou essa arrecadação, prejudicou, porque os Deputados estão fazendo o papel deles, tem a Frente Parlamentar de Defesa do Comercio é isso? Ou do setor produtivo eu não sei qual é o nome correto.

Mas veja bem o Deputado não vai defender empresário sonegador, eu quero está certo disso, não vai defender. O Deputado vai defender o empresário sério, correto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

A sonegação no Brasil que é sete vezes maior do que a corrupção é de quinhentos bilhões de reais, vocês sabem o que é quinhentos bilhões de reais? Esse é o valor da sonegação, é estimado em 500 bilhões de reais.

Vejam bem, nós não temos espaço para arrecadação em Mato Grosso? Temos sim, temos que mudar os processos, os sistemas de apuração de impostos no Estado? Temos, nós estamos que nem o cachorro correndo atrás do rabo, estamos trabalhando um processo e reprocessos, temos mais de cem colegas trabalhando produzindo processos, Deputado Zé Domingos Fraga, muitas das vezes Vossa Excelência foi na Secretaria de Estado de Fazenda e verificou isso, nós temos um processo que não anda, ai você tem que entrar com outro que vira outro processo, decorrente desse sistema de tributação, caótica, diferenciada do resto do Brasil, não tem um como o Estado de Mato Grosso. Então, precisa ter a coragem, Secretário de encaminhar essa mudança...s/cms...

0328au045.cms

O SR. RICARDO BERTOLINI – ...então, precisa ter coragem, Secretário, de encaminhar essa mudança. Essa mudança precisa acontecer.

Veja bem, hoje realmente estamos vivendo essa crise econômica e Mato Grosso é um Estado, como disse o Professor Domingos Sávio, que optou pela macroeconomia de monocultura. Monocultura! Monocultura! Só o setor de soja são mais de cem bilhões de faturamentos anuais.

Esse setor tem que dar uma pequena contribuição, pode não ser por imposto, mas vejam bem, nós constituímos um fundo, porque o setor do agronegócio deixa um passivo ambiental muito forte, somos nós que vamos ter que conviver com isso. Esse passivo ambiental somos nós que vamos absorver.

O setor do agronegócio se pagar 1%, 1% de ressarcimento do passivo ambiental, resolve o problema de Mato Grosso. Vejam que a situação não é difícil, mas tem que ter o enfrentamento.

Vejam, senhores, temos 3 bilhões e 400 milhões de habitantes? Estamos reféns de uma política macroeconômica de monocultura.

Então, a minha proposta, Secretário, e eu gostaria que fosse encaminhado além da reestruturação da Secretaria de Fazenda, da revitalização da fiscalização que temos hoje, o colega irá falar também, o nosso colega Leovaldo, falará sobre a precarização dos postos fiscais. Além dos postos fiscais a nossa própria sede é uma sede insalubre para trabalhar, mas mesmo assim estamos trabalhando e trazendo recursos necessários com 9% de aumento real de receita.

O meu questionamento é: vamos trabalhar na receita por meio desses focos aumentando a produtividade fiscal que já é grande, também pensar num fundo de ressarcimento de passivo ambiental. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Ricardo.

Com a palavra, o Secretário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – O Ricardo é um profundo conhecedor dos números de arrecadação no País, deixa eu compartilhar mais alguns aqui.

Estimativa de perda de Estados, União e Municípios somados, renúncias fiscais...

...s/nns...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0328au46.nms

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ... estimativa de perda de Estados, União e Município somados.

Renúncias fiscais, quinhentos bilhões de reais no país. Sonegação, quatrocentos e sessenta bilhões de reais no país. Contencioso, imposto que não consegue cobrar, dois trilhões de reais do país, está demorando vinte anos para decidir o ICMS para saber fazer a parte ou não da base de cálculo de PIS e COFINS em dívida ativa, três trilhões de reais.

São alguns indicadores do próprio Ministério, Deputado, mande aí, esse é o tamanho da confusão do SICOAL, que é o Sistema Tributário Brasileiro, Sistema de Execução Fiscal, precisamos nos debruçar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Qual é o tamanho da dívida ativa nossa, a receita da corrente líquida?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Quarenta e quatro por cento da receita corrente. É muito menor do que outros estados, comprometemos em torno de menos de nove por cento do total, o limite seria onze e meio.

Não temos espaço até para endividar ainda e tudo mais, o espaço que poderíamos usar para isso é para fazer obras para a sociedade está sendo tomado por uma pressão de custeio. Precisamos e é fundamental.

Sobre a Reforma Tributária, também lembrar que tem uma proposta de Reforma Tributária tramitando no Congresso Nacional, creio que ela mude esta ano. É muita reforma para um período só. Temos que olhar.

Ricardo, sobre a tua fala. Primeiro, concordo com você, durante muito tempo os investimentos na Secretaria de Fazenda ficaram aquém do que deveria ser feito, temos hoje postos fiscais com problemas, temos problemas estruturais, a TI precisa de investimentos, podia ficar aqui chorando como gestor o dia inteiro, mas temos sido o objetivo em nossas conversas e tem sido o objetivo das minhas conversas com o governador.

Quero poder, neste primeiro semestre, já começar a colher frutos de uma nova política de investimentos maiores na eficiência fiscal. Não compreendo como que as coisas puderam chegar ao ponto que estão. É claro que muita gente diz assim, “não, mas aí é só custo, é só não sei o que”, não é, se tem estrutura para trabalhar é fundamental para fazer um trabalho decente.

Essa é uma bandeira minha como gestor, nisso concordamos não é? Temos as nossas diferenças, mas acho que nisso concordamos, e é fundamental que avancemos nisso. Também pensando que devemos ter coragem de propor, Ricardo. Não sei como. Isso não é trabalho de uma pessoa só, mas acho que o próprio serviço público no país precisa passar por uma renovação e uma forma de renovação...

s/ trm

0328au47.tmr

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – ... o próprio serviço público no país precisa passar por uma renovação. E eu não falo de renovação e precarização de direito, não.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu, por exemplo, não tenho coragem de discutir o fim da instabilidade sem antes discutir mecanismo de estímulo para quem faz decentemente o seu trabalho. Eu acho que antes de pensar em tirar quem não faz ou quem não pode não fazer, você tem que pensar seriamente em estimular quem está lá lutando contra tudo para fazer o seu trabalho.

E mais do que isso. Eu também entendo que temos que discutir o futuro da fiscalização de tributos no Estado. Eu acho que esse modelo nosso baseado em impostos fiscais, em ações fiscais, não sei o que de alguma forma já não é mais tão eficiente. Tem tanta coisa de inteligência fiscal que outros Estados estão colocando, cruzamento de dados.

Eu estive com a Receita Federal, na semana passada, já temos três propostas de cruzamento de dados, checagem de exportação, de algumas fraudes conhecidas em outros Estados. Eu acho que damos para avançar muito nesses setores. É uma discussão que temos que fazer, Deputado. Se não vamos construir 200 postos fiscais e vamos continuar tendo números como esses que eu apresentei aqui do país.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Vossa Excelência reconhece a precariedade do sistema na Secretaria da Fazenda do Estado. Conforme disse o Ricardo que realmente a estrutura é arcaica, que realmente o sistema tributário é arcaico, que o processo leva mais do que 200 mil processos hoje.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - Como que eu posso falar de eficiência numa Secretaria que tem 230 mil processos administrativos tributários, esperando temos uma nova proposta a lei do PAT, uma Secretaria que as vezes constitui crédito que as vezes não consegue ser cobrado, porque o sujeito que deu cano já está longe há muito tempo. Então, nós temos que discutir isso e cobrar duro para quem deve para o Estado.

Agora Deputado, se é verdade que a Secretaria de Fazenda pode avançar muito.

Eu, por exemplo, tive uma surpresa, na semana passada, quando eu fui ... A Receita Federal é conhecida no país pela eficiência, pelo modelo que tem de gestão, tudo isso, a Receita Federal que acatou os auditores fiscais para fiscalizar o Estado inteiro. Exportação, por exemplo, é um assunto que a Receita Federal é que tem propriedade para fiscalizar. Eu estou conversando com eles para usar a nossa força de trabalho para fiscalizar a exportação. Por que, não? Alguns protocolos de troca de dados, tudo isso, eu acho que temos evoluir e também como Fisco, também com os municípios para fechar essas oportunidades que têm aí. É isso que nós concordamos, Deputado. Talvez não seja tão ruim, mas com certeza pode melhorar, e melhorar muito.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.../dmm

0328au48.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...Muito obrigado, Secretário.

A SRª JANAINA RIVA – Só para complementar, Secretário, na verdade nós reconhecemos que existe uma precariedade no serviço dos servidores do Executivo e isso inclui, na verdade, a maioria das Secretarias do Executivo. Eu falava há pouco com o meu colega Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Nininho, com a sua Secretária da Secretaria de Estado de Fazenda e eu dizia aqui que eu acho que o Estado, no primeiro momento, no primeiro ano, talvez tenha errado na dose, aqui nós estamos enfrentando nesta Casa uma discussão e nós temos aqui, por exemplo, dificuldade com os servidores dos Poderes, com Tribunal de Justiça, Ministério Público, etc, que estão aqui com seus RGAs, auxílios, etc, parados por causa da questão relacionada ao Executivo, e vemos que tem uma disparidade no prato do funcionalismo, não existe essa igualdade hoje. Então, em minha opinião, errou realmente na dose do repasse dos duodécimos. O Executivo que tem que investir em gasto com pessoal, tem que fazer o investimento e tem que colocar isso em obra também, acaba não conseguindo cumprir o seu papel.

Eu quero saber de Vossa Excelência se Vossa Excelência acha que isso é irreversível.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Eu digo à Deputada que todos os serviços públicos no Estado estão aquém do desejado. Eu conversei com o Tribunal de Justiça e eles me mostram um plano de investimento de 2007, 2008 que até hoje não foram concretizados. Falta de Vara Criminal em algumas áreas, em algumas cidades, nós sabemos que a justiça está congestionada; conversava com o Dr. Paulo Prado, que agora assumiu o Dr. Mauro Curvo, o Ministério Público ainda não está presente em todos os municípios. O próprio Executivo, nós vamos falar aqui, saúde, educação, segurança, em todas as áreas. Eu insisto nessa discussão: um País que tem 40% do PIB como carga tributária, não pode dizer que arrecada pouco imposto. Isso é um fato! Arrecadar mais imposto pode funcionar, eu estou preocupado com essas medidas do Ministério da Fazenda. Fato é que é pouco PIB para muita gente. E aí, obviamente, com 40% de carga do PIB não tem serviço público de qualidade! A carga tributária, em termo de arrecadação por indivíduo nosso é equivalente a países que tem um serviço público sofrível, sem infraestrutura nenhuma, compara com países africanos. É só fazer essa conta: total de impostos dividido pelo número de habitante do País. Aí piora, quanto mais for para o norte do País, mais piora isso. Tem cidadão que não tem acesso a serviço nenhum, nós reclamamos da qualidade e tem municípios no país que não tem serviço de saúde, não tem educação. Eu acho que nós temos que discutir esse papel de novo e aí a União tem um peso preponderante. Por que eu digo isso? Porque como tem regras...

...S/LCB

0328au49.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA –por que eu digo isso? Porque quando tem regras como essa 12% da receita do Estado em saúde ou 25% em educação ou qualquer outro percentual que se queira vincular, eu acho que a União tem que equalizar isso mais para os brasileiros; começar a tratar os brasileiros como brasileiros e não como cidadão que estão largados lá a mercê à margem do desenvolvimento. Tem gente que não tem acesso à água, nada disso, só serviço público de má qualidade.

E aí eu lhe diria: se por um lado os repasses percentualmente cresceram aos Poderes, eles me parecem hoje sendo suficientes para todos. E se me perguntassem assim: “qual é o primeiro ponto de ataque”? Para mim é a compensação das exportações. Não faz sentido termos acumulado, nós contribuímos dez vezes, temos desoneração dez vezes maior do que essa... desculpe-me, essa esmola que recebemos, esses 400 milhões de reais de FEX por ano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Se nós recebêssemos dois, três milhões de reais por ano, este Estado estava em outro grau de desenvolvimento.

Essa é a primeira discussão que temos que fazer, ir para cima de quem realmente não dá créditos de Piso Cofins para as indústrias esmagadoras de produtos primários. Na Argentina dão e tem 80%, 90% de industrialização. Aqui estão patinando entre 40 e 50. Aí você pergunta para o setor: o que precisa? “Ah! Me dê créditos de Piso Cofins e eu dobro investimentos aqui no Brasil, no Estado”.

Acredite! Teve uma empresa que me visitou, ela disse: “Olha”... o sujeito era Presidente da Divisão Brasileira e tem um Presidente da Divisão Argentino. Ele falou: “já é a quarta vez que eu chego lá com proposta e o argentino leva de 8x2 em dez critérios que eles têm”. Tem alguma coisa errada, porque a Argentina está quebrada, gente. Nós temos que entender isso aí e discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Deixe-me registrar aqui a presença do Deputado Estadual Oscar Bezerra.

Convido o Coordenador do Fórum Sindical, Presidente do Sindicato da Saúde, Oscarlino Alves.

O SR. OSCARLINO ALVES – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a Mesa, os Parlamentares presentes em nome do Deputado Zé Domingos Fraga que preside; em nome do Secretário Gustavo Oliveira cumprimentar os executivos presentes na Mesa

...s/rof...

0328au050.rof

O SR. OSCARLINO ALVES JR. -...cumprimentar os executivos presentes na Mesa e em nome das Mulheres cumprimentar a Deputada Janaina Riva, os colegas sindicalistas e servidores públicos.

Eu acho que hoje a coisa deu bastante certa aqui hoje, eu esqueci meu óculos e o senhor me colocou por último para falar aqui hoje.

Mas eu já começo fazendo uma crítica, assim como o Deputado Nininho, disse que tem alguma coisa errada quando tem vários professores que ganham, que contribuem muito com a folha de pagamento, mas que os índices, os indicadores de performance da educação estão muito baixos, tem muitos outros profissionais, inclusive aqui na Casa de Leis que não cumprem também com suas funções de fiscalizar a efetividade dos gastos públicos.

Pois bem, depois da terceira Audiência Pública cancelada aqui na Assembleia e alterada a data, nós estamos na quarta tentativa hoje no dia 28/03, gostaria de novamente fazer a crítica porque nós servidores públicos do poder executivo estamos historicamente sendo massacrados, inclusive aqui na Casa de leis quando vai discutir direitos trabalhistas e parece que só nós do poder executivo somos servidores públicos do Estado de Mato Grosso, eu não vejo presente na composição desta Mesa de honra, aqui na mesa de discussão, Presidente do Tribunal de Justiça, eu não vejo representante do Ministério Público Estadual, eu não vejo representante do Tribunal de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Contas do Estado, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e não vejo o Defensor Geral sentado aqui na Mesa para a gente poder discutir.

E do jeito que apresentaram os números globais estão contidos aqui os gastos desses poderes, que são os maiores beneficiários dessa política fiscal que o Estado adotou e que este Governo manteve, de repasse de duodécimo acima do constitucional. E vamos parar com essa conversa de que está dentro do constitucional, inclusive a gente não viu aqui a apresentação do quadro de apresentação dos duodécimos dos poderes, quanto cada um gastou e quanto de percentual que foi destinado da receita corrente líquida, porque eles participam da receita corrente líquida.

E lá, quando a gente vem acompanhar Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, a gente vê, quando a gente vê o número da Lei de Diretrizes Orçamentárias no meio do ano, que na verdade foi discutido e junta esse ano aqui com a Lei orçamentária anual tudo atropelado, a gente vê que o número excede os 11% constitucionais, porque o constitucional para repasse de duodécimo dos poderes é 11% que garante o pagamento da folha de pagamento com os poderes...S/drm

0328au51.drm

O SR. OSCARLNO ALVES DE OLIVEIRA – ... 11% que garante o pagamento da folha de pagamento com os Poderes, acima disso, eles que apresentar um planejamento de igual ao Executivo, orçar, apresentar essa Lei Orçamentária e mostrar, porque é inconcebível, Secretário, Vossa Excelência foi muito feliz na fala de Vossa Excelência, nós percebemos que o coberto ele sobrando em duas extremidades e o coberto curto no Poder Executivo, é inconcebível e aqui outra crítica, nós precisamos saber, foi mudado a metodologia, ao contrário do que foi dito aqui, nós tivemos acesso apresentação que ia ser feita hoje, os números estão mudados aqui na apresentação, nós conseguimos através de um Deputado apresentação, mas não mudou, ficou muito dispare não, só o quadro que apresentava que o Estado estava superavitário na apuração de despesa e receita, aqui no quadro na apresentação ele está deficitário...

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Desculpa, deixa só eu esclarecer esse ponto que falei aqui, nas audiências anteriores nós vínhamos com números preliminares, como teve que novamente ser remarcada por problema aqui na Assembleia. Ontem foram fechados os números e esses números que estão aqui apresentados já é o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO definitivo, por isso que tem alguma discrepância porque aí já foram computadas, Secretarias já escreveram seu resto a pagar, já está tudo aí, salvo melhor juízo os números definitivos.

Então, por um lado concordo com você nós perdemos no tempo, por outro os números são mais próximos, são reais.

O SR. OSCARLNO ALVES DE OLIVEIRA – Secretário, então dentro da metodologia que viemos acompanhando, nós apresentamos apresentação, o cumprimento das metas fiscais no primeiro quadrimestre, do segundo quadrimestre e hoje nós percebemos que nós não vemos o quadro aqui detalhadamente a sobra de caixa que tem nos poderemos.

Sabemos da situação que no momento de crise todos tem que sentar a mesa, vemos as conversas pela mídia que foi feito um acordo, que tem o parcelamento do duodécimo atrasados e nós sabemos que se não tivesse gordura e não tivesse sobrando dinheiro no caixa dos poderes, os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

poderes já teria ido para cima do Poder Executivo muito tempo, Juízes, Desembargadores, Promotores, Procuradores, defensores, todos em cima do Governo.

Então, nós vimos aqui na apresentação sobra de caixa dos poderes não vimos o percentual de aplicação da receita do Estado em 2016 com os Poderes, porque este ano já mudou novamente a metodologia com a lei orçamentária anual, onde o fundo de transporte e habitação, o fundo na verdade ele é apartado, ele não faz parte da receita é uma receita apartada para se aplicar a infraestrutura de transporte e habitação. Nós não vimos quanto que foi gasto de transporte no Estado, infraestrutura de transporte e habitação no Estado, porque sabemos que programa de habitação está chegando próximo...s/cms...

0328au052.cms

O SR. OSCARLNO ALVES DE OLIVEIRA – ...e habitação no Estado, porque sabemos que programa de habitação está chegando próximo a zero de aplicação através do fundo do FETHAB.

Agora começo as minhas perguntas fazendo as considerações, o senhor apresentou um gráfico, o governo apresentou no ano passado uma dificuldade muito grande de pagar a RGA dos servidores públicos do Poder Executivo para manter a folha de pagamento em dia, ainda apontando que o percentual de gasto com o pessoal do Poder Executivo excedia o limite prudencial e os limites constitucionais.

Hoje vemos na nova metodologia aplicada pelo Tribunal de Contas, inclusive, contrariando o Ministério Público de Contas, que alcançamos um novo índice de...

Eu estou fazendo estas perguntas, Secretário, porque elas estão sendo gravadas e temos todas as Audiências Públicas, inclusive, o que o senhor falar aqui irá municiar a nossa Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal que é contra o parcelamento da RGA.

Vemos que hoje aparece um número milagroso de 45,5% sendo que vimos no quadro, publicado no *Diário Oficial* no dia 30 de janeiro esse mesmo índice. E o gasto de pessoal no global abaixo do limite prudencial também, abaixo de 56% ou 56%. Aí vem um questionamento para nós, o primeiro questionamento, a greve poderia ter sido evitada se o percentual se tirou da base de cálculo Imposto de Renda Retido na Fonte do servidor público, o senhor deixou nas entrelinhas, mas é bom explicar para a população mato-grossense que o Imposto Retido na Fonte dos servidores do Estado não vai para o fisco federal, ele fica no cofre do Estado.

Aí por diversas vezes o Secretário Adjunto de Fazenda tentou dizer que era uma jogada contábil, era uma receita contábil porque num momento ela estando despesa porque faz parte da folha, e no segundo momento se torna receita porque fica no cofre do Estado. Mas, sabemos que dos Poderes como é recolhido através de uma guia, recolhido para os cofres do Estado, é obrigado a devolver e faz parte, inclusive, duplamente do cálculo percentual dos duodécimos que é repassado aos Poderes. Fomos lá verificar essa metodologia e isso acontece.

Na verdade, é duplicado. Conta duplicada. Inclusive, os fundos, o FUNAJURIS, tudo isso aí é contado como receita vinculada, mas conta no cálculo do percentual que é repassado dos duodécimos aos Poderes.

Agora, me permita uma crítica, eu preciso de um esclarecimento, quando o senhor compara a receita tributária, o crescimento da receita tributária com o crescimento vegetativo, o crescimento a folha...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

...s/nns...

0328au53.nns

O SR. OSCARLINO ALVES DE OLIVEIRA - ... compara a receita tributária, o crescimento da receita tributária com o crescimento vegetativo, o crescimento da folha de pagamento, o Senhor leva em consideração o valor bruto da folha de pagamento, nove bilhões e trezentos.

Só que para efeito de cálculo como o Senhor está fazendo um comparativo apenas com a receita tributária não com a receita total do Estado que faz parte da conta para apurar a receita da corrente líquida, o Senhor deveria tirar dos aposentados e pensionista dessa conta porque é uma receita vinculada também. Tem fundo próprio para isso na conta.

Se o Senhor fez isso com o imposto de renda também, se foi feito esse comparativo, fica um número muito discrepante, o crescimento será outro, da distorção do número.

Em relação à renúncia fiscal, já fui contemplado na fala de muitos colegas aqui, só complementando, nós do Fórum Sindical nunca deixamos de buscar o diálogo com o governo até porque servidor público do Estado de Mato Grosso, a grande massa de servidor público votou no governador Pedro Taques, colocou seu voto de confiança nas urnas em outubro de 2014.

Seria a maior mentira, maior falácia para nós como dirigentes sindicais, falo porque votei, sentar e começar a tirar pedra sem buscar soluções, ser propositivo, buscar propostas, sentar na mesa com transparência, coisa que foi dificultoso porque os números não foram apresentados.

O número da renúncia fiscal do Governo assumiu do Governo Silval Barbosa na casa de um bilhão e hoje estamos na casa de dois bilhões e meio de reais.

Queremos saber quais as empresas, que benefícios foram trazidos para Mato Grosso de forma transparente, quantos empregos foram gerados, se a renda per capita do mato-grossense melhorou, se o índice de desenvolvimento humano, porque o índice de desenvolvimento humano do país caiu, caiu para a septuagésima nona posição, dezenove posições há poucos dias, no índice atual, queremos saber no que Mato Grosso está contribuindo, se está melhorando o índice de desenvolvimento humano? Porque se está, vai de encontro com que estamos fazendo aqui na produção porque estamos melhorando a balança comercial do país e estamos sendo jogados na mesma vala econômica do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Isso é injusto.

Precisamos de tratamento diferenciado, o governador, inclusive, comparou o Presidente Temer como Alexandre, o Grande, parece-me no discurso falando por todos os governadores da União, ele fala em nome dos governadores. Ele tem que falar em nome dos servidores públicos, em nome do Estado de Mato Grosso.

Precisamos de tratamento diferenciado, somos o único Estado que tem crédito hoje internacional e nacional para contrair novo empréstimos...

s/ tmr

0328au54.tmr

O SR. OSCARLINO ALVES - ... que tem crédito hoje internacional e nacional para contrair novos empréstimos. E me parece que esse novo índice da Lei de Responsabilidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Fiscal está muito concatenado com as pretensões do Estado de contrair novos empréstimos para poder fazer os investimento tão necessários.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Vossa Senhoria tem três minutos para encerrar.

O SR. OSCARLINO ALVES - MT Prev.

MT Prev é uma outra situação que precisa ficar clara, esclarecida aqui.

Reforma da Previdência, todas as reformas, terceirização, reforma trabalhista, que é o pior ovo da serpente. Esse é o pior ovo! Ele está sendo chocado e ele vai eclodir a pouco tempo aí na frente. Esse é pior, porque todas as leis vigentes, leis de carreiras, leis vigentes do Estado, da União serão sobrepujadas em cima do negociado. Então, se estamos falando em situações pontuais de Previdência, aumento de alíquota, aumento do tempo de contribuição para poder se aposentar, que vamos morrer trabalhando e não vai se aposentar, desse jeito que querem fazer, para poder pagar a conta, para a senzala pagara a conta. Então, a reforma trabalhista é uma situação pior.

E ouvimos falar no déficit da Previdência. E vemos na Casa de Leis que faz uma proposta para a Deputada, em nome das Lideranças Partidárias da Casa de Leis. Ela coleta as assinaturas, eu acho até que ela confiou demais, porque a Deputada foi bastante inocente, nós já conversamos, ela foi bastante confiante, bastante inocente, que com dez assinaturas ela conseguiria instaurar a CPI. A CPI não é para tirar pedras no Governador Pedro Taques, nos ex-Governadores Silval Barbosa, Blairo Maggi e Dante de Oliveira, que já se foi.

A CPI da Previdência é para proporcionar justiça. Se temos déficit e o déficit é projetado. Se têm esses cálculos atuariais, se têm esses dados que não foram aprovados na Mesa ainda, precisa ser evidenciado quem desviou finalidade dos recurso previdenciários, porque pela nossa conta era para ter o dinheiro, o dinheiro era para citar ali, o recurso superavitário.

Por que os Deputados, não última hora, retiraram suas assinaturas, inclusive um Deputado que tem assim uma simpatia com ele, o Deputado que preside a Mesa, Deputado Zé Domingos Fraga, por que cinco Deputados retiraram as suas assinaturas se é tão necessária para proporcionar Justiça? Será que é pelo efeito dominó da CPI da Previdência do Estado, porque com a Lei nº 560 acabou. Acabou a Previdência da Assembleia Legislativa separada; acabou Previdência do Tribunal de Justiça separada, o Ministério Público. Vai ter que fazer junção.

Os senhores pasmem. Existe um Conselho de Previdência, o Conselho Fiscal não funciona, porque não tem regimento .../dmm

0328au55.dmm

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR -...o Conselho Fiscal não funciona porque não tem Regimento Interno até hoje e que parece que não é para fiscalizar as contas do Fundo Previdenciário do Estado e aí, hoje, não aconteceu ainda a junção dos Fundos Previdenciários do Estado de Mato Grosso e os estamos com onze votos praticamente contra um. Nós só temos um representante no Conselho de Previdência e aqui na Casa de Leis depositamos toda confiança e toda esperança nos homens que estão aqui para fiscalizar. Isso é papel da Casa. Não é chegar e atirar pedra na vidraça na vidraça de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Conclua, Sr. Oscarlino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Eu já estou concluindo, Deputado.

Nós precisamos saber quem são os responsáveis, quem desviou a finalidade. Não tem um Ex-Governador preso aí? Lá no Rio de Janeiro não teve um que foi preso e pegaram 250 milhões que ele roubou e mandaram pagar aposentados e pensionistas? Vamos saber quem arrombou a Previdência do Estado e vamos buscar patrimônio dele e restabelecer o nosso maior patrimônio, que nós trabalhamos, fazemos a contribuição, desconta do nosso salário, fazemos sacrifício solidário, é um sacrifício solidário nesse ciclo e aí restabelecermos esse Fundo Previdenciário.

Eu vou finalizar fazendo um ultimo questionamento: não foi apresentado aqui para nós também e nós queremos saber, na verdade estamos cobrando na justiça, nós pedimos uma audiência no Núcleo de Mediação do Estado e no dia 04 o Governo terá que apresentar as contas para nós, lá, de forma conciliatória, de forma responsável, já que não quis apresentar lá na SEGES, quando estávamos negociando a RGA, nós fomos à justiça e vimos nesta discussão inócua. Por quê? Eu já fiz essa crítica para o senhor e para o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, a sociedade civil organizada não está convidada: a OAB está aí? A OAB veio? Os outros sindicatos da iniciativa privada vieram? Os convites não estão sendo feitos. Foram feitos três cancelamentos e fica perdidinho lá na agenda da Assembleia Legislativa. Agora, o que agrega para nós, hoje, para chegar, chamar a sociedade, discutir em uma mesa responsável um painel em cima de um prédio, com Parlamento Mirim? Isso não agrega nada para a sociedade! Para a sociedade não agrega nada. Para nós, trabalhadores, não agrega nada esse gasto.

Então, eu gostaria de saber do Secretário qual é a parcela de contribuição que os servidores públicos do Poder Executivo...

...S/LCB

0328su56.lcb

O SR. OSCARLINO ALVES -...qual a parcela de contribuição que os servidores públicos do Poder Executivo Estadual deram com esse atraso de salário, em que pese que a Constituição Estadual permita que o Estado pague até décimo dia de leis?

Eu gostaria de saber como vocês arrastaram uma folha da competência de dezembro mais o exercício fiscal de 2016 e jogaram... hoje nós vemos que isso proporcionou, inclusive, uma sobra de caixa no Poder Executivo, já que a nossa folha é de 700 e poucos milhões. Eu queria saber qual é parcela de contribuição, se o número de 45% é 45,5% do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que lá na Lei 10.410, quando vocês parcelaram a nossa RGA, e aqui foi aprovado e ratificado aqui na Casa de Leis, se lá dizia o seguinte: “se melhorasse o índice da Lei de Responsabilidade Fiscal seria permitido pagar a RGA atrasada. Como é que fica essa de agora?

Está lá prevista na Lei nº 10.410 que estava proibido, terminantemente proibido novos concursos e novas nomeações.

Vocês estão fazendo concurso, nós não somos contra, que fique aqui registrado, isso é sobrevivência das carreiras, está lá na Lei 10.410, não pode fazer novas nomeações, não pode fazer concurso enquanto não melhorar o índice. Agora, não pagou a nossa RGA, está fazendo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

concurso, atrasou o nosso salário e está fazendo novas nomeações, chamou gente da EMPAER, chamou o pessoal do DETRAN.

Nós queremos saber que matemática é essa e qual o grau de contribuição, que atrasar os nossos salários e gerar todo dano moral e financeiro ao servidor público sem negociar, porque dez dias de atraso é um terço de perda, corresponde a 33% do valor do nosso salário. E nós começamos a ser depositado empréstimos estourando conta e isso tem desembocado lá no sindicato, porque temos três escritórios advocatícios e não têm dado conta das ações que temos movido na justiça para reaver isso.

O salário dos aposentados em que pese a Lei nº 560/14, a Lei do MT PREV? Eu queria que o senhor fosse anotando, quero respostas (RISOS).

A Lei nº 560 do MTPREV fala que os nossos aposentados e pensionistas independem da Constituição Estadual, é uma regra, é uma autarquia que tem fundo próprio, jogaram os aposentados e pensionistas no mesmo pacote dos ativos. Isso é inconcebível! Gente morrendo, chorando no sindicato sem ter dinheiro para comprar medicamentos, porque teoricamente quando você fica mais velho você não vai ganhando saúde, ao contrário daquele filme cocoon que o pessoal tomava banho na piscina e dançava na boate. O pessoal vai ficando velho, vai ficando sedentário, vai ficando doente, doenças crônicas vão afetando...
...s/rof...

0328au057.rof

O SR. OSCARLINO ALVES JR. –...doente, doenças crônicas degenerativas vão afetando os nossos aposentados e vão ser jogados na mesma situação. Foi aprovada agora na última reunião ordinária do conselho de previdência, que era para pagar dia 05, eu não vi legislação a respeito disso aí.

Assim como não vi do REFIS, o que vocês fizeram uma lei do REFIS e só alteraram as leis orçamentárias depois, isso é inconstitucional.

Então a gente tem visto alguns movimentos também...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –Sr. Presidente, vamos finalizar, são meio dia já.

O SR. OSCARLINO ALVES JR. – Então, finalizar dizendo o seguinte, essa separação dos Estados e Municípios lá em Brasília, da reforma da previdência é uma jogada, é uma manobra que foi feita lá em Brasília para separar os movimentos, porque os funcionários estaduais de todos os estados são protagonistas e sementes desse movimento de resistência, estão querendo dar um grande, outro golpe na gente servidores públicos de todos os poderes. Vamos abrir o olho, porque vão jogar como fizeram com a RGA, vão jogar aqui para a galera, vão jogar para a torcida aqui da Casa de Leis, vão ficar de gladiando com os Deputados aqui e vai chegar num momento que vai esgotar o prazo de seis meses, vão aprovar uma reforma porque as regras são as mesmas e a gente tem que estar vinculado as regras federais e nós vamos ficar chupando o dedo.

Vamos dividir a turma, vamos mandar uma turma para Brasília e uma turma ficar de plantão aqui na Assembleia.

Obrigado.

O SR. NININHO – Pela ordem Sr. Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Pela ordem Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Eu gostaria só de falar em relação a posição do nosso líder Sr. Oscarlino e ele esta no papel dele de defender realmente, mas eu acho assim que quando ele posiciona aqui Sr. Zé Domingos, que a Casa de Leis esta sendo omissa ou que não tem dado a devida atenção e o apoio as demandas das categorias, eu acho que esta sendo injusto, acho que esta Casa sempre foi aberta aos debates e dando apoio a todas as categorias Sr. Oscarlino. E eu quero dizer que quando eu me posiciono com relação ao RGA, eu não estou me posicionando porque não é um direito e que não é justo, é logico e sem duvida nenhuma esta na lei, é justo e é um direito de todos os servidores, mas nós deparamos em um momento e que a situação não é Mato Grosso, a situação é no Brasil, contanto que a prova esta ai que vocês ao mesmo tempo que parcelou o RGA, tem a reclamação do governo esta pagando atrasado, quer dizer que isso é sinal que não tem caixa para honrar esse compromisso, então eu quero dizer que esta Casa, aprovou em 2015 ...S/drm

0328au58.drm

O SR. NININHO -...então, quero dizer que esta Casa aprovou em 2015 o RGA a todos os servidores que é de direito é justo, apenas cinco Estado da federação deram esse RGA.

Em 2016, apenas dois Estado e nós tivemos a felicidade de um ser o nosso Estado, talvez não dando os 11.3 que era de direito, chegamos em 8.75 parcelado, mas mesmo assim está a dificuldade para pagar, mas o segundo Estado foi Estado do Paraná que pegou dinheiro da previdência, entraram na justiça e derrubou, só sobrou dos vinte sete Estado da Federação Mato Grosso que está honrando o RGA.

Então, quer dizer, não foi falta de empenho desta Casa e nem do Governo do Estado de querer atender a demanda. Quando me deparou, estou falando com relação que eu não concordo, quero dizer que todos os funcionários da educação não cumpre seu papel não, tem muitos em todos os setores como aqui dentro da Casa mesmo tem servidores dedicados, que cumprem seu papel corretamente, tem outros que são mais experts que trabalham mesmo, todo setor tem isso, eu não estou de acordo, tem que ser corrigido mesmo.

Eu acho que essa distorção não pode ter, teria que ser corrigido, mas esta Casa, Oscarlino, eu já estava aqui no mandato passado, em 2013, 2012, 2011, não teve uma categoria desse Estado que não veio aqui onde hoje se reclama que a Casa não está dando a devida atenção aqui aos lideres sindicais e as categorias.

Mas nós elevamos o salário aqui, de todas as categorias realizando salários, PCCS, que foi aprovado das categorias, tem categoria aqui que aumento 270% ganho real desses três anos, e a prova é que está Casa, Oscarlino, numa outra oportunidade, entende e defende o direito do servidores deste Estado.

Agora uma coisa é você querer dar aumento, querer ser justo com servidor, outra coisa é o fluxo de caixa que dar para pagar, infelizmente tem que ser feito algo para que recupere a economia do Estado realmente. Eu vejo alguns reclamações estão corretas, tem coisas, tem medidas tomadas, agora o Governo só vai poder atender melhor, quando realmente tiver esse fluxo de caixa. Não é por isso que o servidor tem que cumprir o papel dele, ele não tem que dar resposta para sociedade se ele ganha aquilo, porque ele se propôs de fazer esse serviço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Quando eu falo de educação que infelizmente nós temos o terceiro maior piso do país e o vigésimo quarto educação, isso é inadmissível e não podemos aceitar isso...s/cms

0328au059.cms

O SR. NININHO – ...isso é inadmissível e não podemos aceitar isso.

Vocês como líderes sindicais, têm que convocar, sim, para fazer o manifesto. Mas, tem que convocar, fazer reunião com os servidores e cobrar que tenha mais compromisso com a causa pública também, afinal de contas todo dinheiro é público, o que vocês recebem, o que nós recebemos, todo dinheiro é dinheiro público, quem paga é a população do nosso Estado.

Então, eu não posso concordar que esta Casa não tenha cumprido o papel dela e não tenha dado a devida atenção, Oscarlino. Agora, vocês estão no papel de vocês. Vocês como líderes sindicais têm que defender sua categoria mesmo.

Agora, não podemos aqui também fazer que a Casa atenda as demandas e ao mesmo tempo não seja reconhecido nada que esta Casa tenha feito para os servidores do nosso Estado.

Eu volto a dizer para vocês, eu não faço nada aqui pensando politicamente. Eu já disse isso em outra oportunidade, acho que os líderes sindicais, as categorias têm que se mobilizarem, têm que ter representante, vocês têm que por candidatos nas eleições. Daqui a alguns dias vocês têm que eleger deputado, vereador, prefeito, governador, o que for preciso, porque vocês só entenderão quando sentarem do outro lado da mesa, vocês saberão o que é ter responsabilidade de atender a demanda do servidor, mas ao mesmo tempo tem o custeio da máquina pública.

O governo tem compromisso com a saúde, com a educação, com a infraestrutura, enfim, são muitas demandas e, muitas vezes, o cobertor é curto, quando você cobre a cabeça... Nenhum governo queria precisar estar discutindo como servidor público, não. Ele gostaria, com certeza, de poder ter fluxo de caixa e atender a demanda, mas ele tem que pensar que tem uma Lei de Responsabilidade para cumprir, que tem também as outras demandas que é o custeio da máquina.

Então, é isso que eu queria dizer, não tenho nada contra servidor nenhum, pelo contrário, eu tenho certeza que talvez poucos aqui pagam como eu, os meus negócios particulares e pago os meus servidores. Eu pago porque todo servidor bem remunerado dará o resultado. Infelizmente, muitas vezes, têm alguns que não fazem jus, mas não é por causa de alguns que os outros têm que serem generalizados. Esta é a minha posição (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Deputado Nininho.

Até que o nosso Secretário consiga responder os questionamentos, eu queria fazer uma proposta, Secretário, para Vossa Excelência, ao Fórum Sindical, através da nossa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, se pudéssemos estabelecer um roteiro da explanação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre...
...s/nns...

0328au60.nns

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... roteiro da explanação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2017. Sentar com o Fórum para que possamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

realmente de uma forma mais transparente, por mais que há uma transparência pela sua explicação, de uma forma que vai sim contentar todos os participantes desta audiência pública.

Se for a vontade do Secretário, estamos abertos através da nossa Comissão, com certeza confere estabelecer um roteiro de explanação destas palestras que possa inclusive trazer à luz do dia alguns números que acho serem importantes para os poderes, que infelizmente fica intrínseco na explicação da apresentação do Poder Executivo como um todo.

Se for a vossa vontade, fica aí essa proposta, marcar a data para estabelecermos pontos nesse sentido, mas passo a palavra para que o Senhor possa fazer a sua, não são considerações finais até porque temos... o Eliovaldo está aí ainda? E o Alison já foi não é? Graças a Deus já foi o Alison.

Vou passar a palavra ao Secretário para que possa responder os questionamentos do Oscarlino.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom, contra mais informações, Deputado, essa é a nossa função enquanto servidores públicos. Estou totalmente à disposição, não só às sugestões do Oscarlino, para que possamos abrir outros números.

Só espero que sejam feitas para poder chegar com vida para audiência que cada vez que eu pedia para o time da Anésia para colocar mais uma informação, ela já estava para me esganar, balanço para fechar, o balanço geral do Estado para fechar. A Anésia, contadora geral do Estado, cada vez que pedia mais uma coluna dessa, mais um gráfico desse aí, ela queria me jogar pela janela e olha que a sala do Secretário é no térreo.

É salutar termos um roteiro porque em que pés que trouxemos, não sei nem tantas lâminas ficaram aqui, teria mais umas quarenta para falar sobre os assuntos, trajetórias, trajetória de repasse aos poderes, percentual deles sobre a receita tributária, evolução de tudo isso. Acho que temos que fazer esses debates. Importante então Deputado, à vontade, a equipe técnica está pronta, eu também para fazermos.

Eu pediria que centralizássemos lá no gabinete as demandas, fazemos a agenda, faço com que as pessoas que dominem o assunto, dívida pública, por exemplo, tem uma equipe que cuida de dívida, assim por diante, fazemos com essas equipes... Acho que é bom.

Também concordo com o Oscarlino que precisamos criar ferramentas para tornar esse assunto mais abrangente para a sociedade. Não sei se disponibilizar isso aí no site da Assembleia.

Quero te parabenizar, o Senhor já tomou iniciativa de marcarmos as datas com maior antecedência para a apresentação, dá um sabor, cria uma obrigação de prazo...

s/ trm

0328au61.tmr

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... com maior antecedência para apresentação. Então, isso é bom. Cria uma obrigação de prazo para nós e uma transparência para a sociedade quando serão feitas.

Oscarlino, já pedi e a equipe vai preparar o percentual dos Poderes, participação da RCL, detalhadas as informações que nós temos. Sobra de caixa infelizmente nem todos estão no FIPLAN. Nós não enxergamos de todos. Sem problemas.

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Nós mostramos o agregado, mas efetivamente para confirmar os números cada Poder que tem, porque isso nós conseguimos consolidar pelo FIPLAN e nem todos estão aderentes ao FIPLAN.

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Então, vamos fazer o seguinte.

Percentual da RCL, percentual da receita tributária, as que fizemos com despesa de pessoal e segregado. Pessoal, custeio e investimentos dos Poderes. Está bom assim? Então, vou pedir e assim que estiver disponível eu lhe aviso e peço para publicar. E nós tornamos pública a sua solicitação.

Quanto ao percentual.

Eu confesso assim. Não tem muito ideal para viver. O percentual é bom para as contas do Governo, a mudança da metodologia do cálculo do percentual do pessoal? É muito bom para aprovação das contas do Governo. O problema é que não dá nível real para o caixa. Não deixa de ter o desembolso. Ele só não está ali dentro do percentual, mas continua tendo o desembolso. Sobre o Imposto de Renda, por exemplo, que você falou, embora seja uma compensação. Se ele não vai para o servidor, mas quando fazemos o encontro de contas com a União, eles tiram o que nós já retivemos de Imposto de Renda e repassam só a diferença. Então, de alguma forma isso iria e voltaria para a União. E o que essa alteração permite fazer é que só vem a diferença por simplificação.

Você falou sobre Previdência. Eu realmente não sou especialista, não me sinto confortável para discutir. Penso que temos que promover um debate sobre isso. Deputado, eu sou um dos que entende que Previdência fora do Brasil é uma questão, subsistência, mas a subsistência, às vezes, como Portugal é um país onde a saúde pública funciona muito bem, a educação pública tem uma qualidade até privada, transporte urbano é mais estruturado. Lá a subsistência é dois mil euros.

Eu tenho um amigo que está aposentado e com dois mil euros ele vive muito bem lá em Portugal. Eu acho difícil alguém viver muito bem como ele vive lá com dois mil reais aqui. Eu acho até ...

Outro dia eu fiz essa conta com ele, acho que passa de doze mil reais. O custo precisa ter o mesmo padrão de vida que teria lá. É difícil falar de Previdência como subsistência num país.../dmm

0328au62.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...é difícil você falar de Previdência como subsistência num País que emprega pouco serviço à sociedade.

Sobre a composição da RCL, nós podemos detalhar um pouco mais a metodologia de cálculo com a inclusão dos Fundos, FETHAB, tudo isso, a aplicação do FETHAB primariamente para investimento. Eu vou conversar com o Secretário Marcelo Duarte porque uma das coisas que nós pedimos no Conselho do FETHAB, aí eu tenho, como Secretário, que fazer um acerto no Conselho do FETHAB, é que tenhamos transparência de qual é o plano para triplicar o recurso. Nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

temos, em Mato Grosso, por exemplo, oito mil quilômetros de rodovias a pavimentar e que, obviamente, não vai dar para fazer isso neste Governo e nem no próximo.

Então, tem que ter um plano com priorização, um plano diretor de logística, a mesma coisa na área de habitação, Secretário Wilson Santos. E aí, vai fazer como? Vai botar um bônus em cima de alguns programas, como Minha Casa Minha Vida, vai partir para um programa de habitação própria? Eu acho que nós temos que ter pavimentação urbana, um monte de questões importantes no uso do FETHAB.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – O Imposto de Renda, em dado momento vai fazer parte da composição da despesa de pessoal e no segundo instante ele se torna receita. Parte dessa receita, porque é recolhida através de uma guia dos Poderes, eu acho que são 200 e poucos milhões, se a conta está certinha lá e for apresentada, parece que o Imposto de Renda nosso é 01 bilhão, 66 milhões que se arrecada com o Imposto de Renda, se 200 e poucos milhões, quase 300 milhões são repassado para os Poderes, 700 milhões é feito encontro de contas que é relativo a folha de pagamento do Executivo durante o ano.

Nós queremos saber: esses 700 milhões, por obrigatoriedade, se ele fosse independente de ser feito encontro de contas para não ficar fazendo... e esse recurso para o Fisco Federal e voltar para o nosso cofre, devolver para o nosso cofre, ele deveria ser aplicado nas políticas públicas. Políticas públicas que inclusive o nosso salário faz parte das políticas públicas.

Assim como qualquer cidadão, nós recolhemos IPTU, IPVA, nós pagamos tudo e fazemos até uma estimativa do que se arrecada de impostos indiretos e diretos com o cidadão servidor público do Poder Público Estadual, são suficientes, inclusive, para bancar os Poderes. Nós arrecadamos mais de 2 bilhões de reais de impostos diretos e indiretos com o ICMS da energia, água, telefone. A hora em que se faz a conta, nós vamos ver quem é que está pagando essa conta...

...S/LCB

0328au63.lcb

O SR. OSCARLINO ALVES-... A hora em que se faz a conta, nós vamos ver quem é que está pagando essa conta.

Eu queria ver o seguinte: com relação ao imposto de renda, eu gostaria de saber qual é essa metodologia e qual o impacto que está dando isso para o Estado de Mato Grosso, já que fazendo encontro de contas e passando a diferença, mesmo assim se transforma em receita, eu queria saber se está sendo aplicado nas políticas públicas?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, vamos ser breve porque são 12h30min, eu já estou afim de encerrar a nossa Audiência Pública.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Nós registramos a receita, o Estado registra a receita do imposto de renda, Oscarlino e, obviamente assim, se nós pagarmos para esperar para receber, isso gera mais um desencaixe no tesouro, tem que //para o recursos humanos e espero voltar.

Para não alongar mais aqui, eu vou pedir que façamos um demonstrativo específico sobre isso e aí nós convidamos e apresentamos os números, não tem problema nenhum, o balanço estará publicado, nós conversaremos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA)- Eu estou satisfeito (RISOS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O Sr. Oscarlino Alves –Assim como o Secretário Paludo fez lá atrás, o senhor está fazendo agora, eu espero que seja cumprido.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA –Eu sou da indústria, eu não sou do agro, com todo respeito, nós vamos produzir.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Convido para fazer o uso da palavra, o senhor Leovaldo Antônio.

O SR. LEOVALDO ANTÔNIO – Bom dia a todos!

Cumprimentar o Deputado Zé Domingos Fraga, o nosso Secretário de Fazenda, Gustavo de Oliveira; nossos Secretários Adjuntos da SEFAZ; os colegas sindicalistas que ainda estão aqui.

Quero dizer que em relação aos nossos direitos já estou muito bem contemplado aqui com a fala de todos os meus colegas sindicalistas.

Nós também não vamos abrir mão dos nossos direitos conquistados às duras penas, mas eu fiquei feliz hoje, Secretário, de ver o reconhecimento enfim do Grupo TAF, do FISCO de Mato Grosso, porque há muitos anos que o FISCO trabalha e não tem esse reconhecimento do Secretário vir a público e mostrar o crescimento real da receita do ICMS e atribuir esses efeitos ao Grupo TAF.

Quero dizer também que isso foi conseguido...

...s/rof...

0328au064.rof

O SR. LEOVALDO ANTÔNIO APARECIDO DUARTE –...quero dizer também que isso foi conseguido a duras penas, com muito sacrifício, num esforço hercúleo para que a gente pudesse realizar essa receita.

Como que se trabalha, por exemplo, com muito barulho? Reforma da previdência, reforma trabalhista, PEC de teto do gasto? Como que se trabalha, postos fiscais totalmente acabados, dos vinte postos fiscais que existiam em Mato Grosso, hoje nós temos cinco e cinco totalmente sucateados, veículos totalmente acabados, nosso fiscais, nossos colegas, agentes de tributos, os fiscais de tributos saem para fazer um serviço de fiscalização volante e era obrigado, o cara saia para fazer uma fiscalização no Município de Mirassol do Oeste, chegava em Cáceres ele tinha que voltar de ônibus porque o carro quebrou.

Com muito luta e a gente vem lutando deste o outro governo, neste governo, com o secretário Sr. Paulo Brustolin, com o secretário Sr. Seneri Paludo, conseguimos já ter alguns veículos novos, alguns postos fiscais já estão passando por reformas e a gente esta brigando para que todos passem por esta reforma, para que a gente possa efetivamente dobra estes percentuais que estão ai.

Eu aqui também gostaria que o Deputado Nininho estivesse aqui para discordar de um item que ele falou, que todas as categorias foram valorizadas pela Assembleia Legislativa e pelo Governo do Estado, ledo engano, o fisco de Mato Grosso, o grupo TAF, ele no ranking da SEGES, agora já neste Governo, ele é o décimos segundo menos valorizado em remuneração no Estado de Mato Grosso. Então a coisa não é bem assim e com todos...

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. LEOVALDO ANTÔNIO APARECIDO DUARTE - Um item, mas que atingiu diretamente ao grupo TAF.

Eu quero dizer assim Secretário, e aí eu quero fazer algumas considerações até para chegar na pergunta, por exemplo, o fisco ele tem, já ouvi dizer, já escreveram em alguns sites que o Governador do Estado, eu não o vi dizer, eu vi através de sites que escreveram, que o fisco não pode entrar nas empresas porque haverá corrupção, isso é um dos maiores absurdos que ...S/drm

0328au65.drm

O SR. LEOVALDO ANTÔNIO APARECIDO DUARTE -...isso é uns dos maiores absurdos que eu já vi, uma das coisas que mais indignou a nossa categoria foi isso, por que? Escândalos, acordos, isso são coisas do passado e todas as categorias têm no seu meio, isso mudou muito. Hoje o colega que for numa empresa fazer qualquer tipo de acordo, ele que assuma sua responsabilidade, mas não pode determinar isso a uma categoria como um todo.

Quero dizer também, Secretário, eu tenho algumas preocupações lá na SEFAZ, eu vejo, por exemplo, os meus colegas do posto fiscal ele aprende uma carreta de cerveja, isso é corriqueiro, aprender cerveja, aprender tudo quanto é tipo de mercadoria, nós temos notícia na nossa imprensa todos os dias, aquele pseudo do contribuinte vai lá paga o imposto e nós não temos uma fiscalização continuada na empresa que deu caos a isso.

Então, queremos saber, essa ação fiscal precisa terminar. Nós temos, por exemplo, e aí a questão do agronegócio notícia recorrente de simulação de importação, são notícias recorrentes já de muito tempo, até por essa falta de trabalho, de uma serie de coisas, nós o fisco não conseguimos chegar nesse sonegador de plantão.

Tem que acabar também aquela retórica que diz, “a o fisco vai voltar para as empresas” não pode, isso não tem que acontecer mais, o fisco ele hoje é extremamente técnico, competente e tem que ajudar muito o Estado a sair da situação que se encontra, estamos ajudando e queremos de toda forma ajudar.

A minha pergunta que fica é, qual a providencia que o Secretário vai tomar em relação a continuidade da fiscalização e qual a providencia que o Estado vai tomar com relação a esses outros postos fiscais e aos veículos sucateados que nós, para que nós possamos desenvolver o nosso trabalho?

Obrigado a todos.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - Leovaldo, obrigado pelas suas palavras.

Permita-me, eu vou ser bem direto, pode ter corrupção, pode ter corrupção com fiscal na empresa? Pode, para isso tem Corregedoria, tem Administrativo de Débitos - PAD - PAD para abrir, tem punição severa para aplicar, nós não podemos medir todo mundo com a régua dos ruins, eu prefiro correr o risco de fiscalizar e ter que lidar com caso de corrupção do que não fiscalizar e ter que lidar com casos de sonegação...s/cms...

0328au066.cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ...do que não fiscalizar e ter que lidar com caso de sonegação, evasão fiscal, um monte de bandido que vem para o Estado travestido de empresário, não tem o menor compromisso com este Estado, vem aqui, fazem os negócios e vão embora.

Eu quero fazer um outro registro aqui e agradecer imensamente a equipe da SEFAZ que, só neste ano, já impediu um número gigantesco de fraudes! Eu não estou falando de recuperar dinheiro que foi fraudado, não. Eu estou dizendo de detecção e interrupção de fraudes que já foram feitas na safra deste ano. Olha, pelo que vi no ano que vem vamos estar ainda mais à frente nesses processos, vamos poder fechar ainda mais a barreira.

Na semana passada eu estava numa reunião, tinha um processo sobre sonegação, Deputado, é uma consulta no *Google* com o nome do responsável pela empresa, tem mais onze empresas, cinco das quais já em processo de fiscalização por fraude. Temos casos de empresas registrados que o contador, o e-mail do sujeito é vendocreditos@ não sei o que. No ambiente de trabalho do Estado de Mato Grosso, vamos ser sinceros, não é?

Eu acho que de lado a lado pode ter maus profissionais na Secretaria de Fazenda, eu acredito que sim, é o reflexo da sociedade, tem maus profissionais em todas as áreas e também tem maus empresários neste País. Senão não teriam esses números que falamos de sonegação, evasão e tudo isso, não.

Então, Leovaldo, penso que temos que ter responsabilidade. A verdade é que as equipes durante muito tempo foram impedidas de sair para fiscalização isso, talvez, tenha retirado a capacidade de se fazer isso com propriedade. Temos que fazer isso com responsabilidade, criar roteiros, deixar claro para o bom empresário que o objetivo é, sim, punir o mal empresário e mais do que isso, é melhorar o ambiente de negócio. Não dá para acreditar em ambiente de negócio com gente sonogando, você aqui suando para competir e o cara do lado não paga imposto que é devido e tal.

Se você me perguntar, doa a quem doer eu prefiro pecar por ação do que por omissão, eu tenho conversado sobre isso com o governador. Obviamente, com 30% de vacância, podendo chegar a 50% é o que preocupa a falta de infraestrutura, mas iremos falar sobre isso e falar sobre sistema de inteligência fiscal.

Deputado, eu acho que durante muito tempo ficamos dando volta neste País não querendo ir ao cerne da questão. Eu acho que o senhor como homem público tem um mandato eletivo, eu como servidor que hoje estou ocupando a Secretaria de Fazenda, não temos que ter pudor de falar essas coisas, não. Temos que dizer doa a quem doer, se tiver excesso que punamos, se tiver processo ruim que melhoramos o processo...

...s/nns...

0328au67.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ... doa a quem doer, se tiver excesso, cobrimos, se tiver processo ruim, melhoramos o processo. Como vamos evoluir com país fingindo que as coisas não acontecem não.

Acho que temos que fazer isso. Espero já nesse primeiro semestre resultados concretos do que estou dizendo aqui. Fala é muito fácil, dizer que vai combater sonegação é muito fácil, dizer que vai ter ação fiscal é muito fácil, dizer que está impedindo fraudes é muito fácil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu, minha vida inteira, assumi os desafios, abaixei minha cabeça, trabalhei para os resultados chegarem e não sou um sujeito que está fazendo promessa não. Deputado, podia chegar e prometer elevação de receita, o Secretário do meu lado, da receita, se tem um time que faz isso.

Eu tinha que prometer voltar à data do pagamento, podia fazer um monte de coisas, mas na minha vida sempre agi assim. Abaixo a cabeça, trabalho, Serafim está aí, o Secretário do Tesouro, tem sido um gigante desde que assumiu a Secretaria, toda a equipe do tesouro comprometida com a determinação de voltar o pagamento primeiro para o dia cinco, depois do aposentado dia trinta e toda a despesa do pessoal para o dia trinta. Tem disponibilidade fiscal.

Quero fazer o meu agradecimento a todos os servidores da Secretaria de Fazenda, em nome de uma pessoa em especial, que é o Tiago que está aqui. Um servidor que conheci ainda como Secretário de Planejamento, uma pessoa extremamente comprometida, chegou atrasado hoje porque vai ser pai, não é isso Tiago? Foi lá acompanhar o ultrassom. Um dos exemplos de servidor público, poderia citar Luciana, Anésia, tantos outros aqui. Faço em nome do Tiago porque está experimentado uma fase nova na vida e, com certeza, vai querer deixar um país melhor para o filho que vai nascer.

Deputado, pronto. O Senhor profundo conhecedor de contas públicas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Estou aprendendo.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Mesmo aprendendo já me ensinou muito. Estou à disposição, não só nas audiências não, o tempo inteiro que precisar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigada Secretário Gustavo.

Quero agradecer a presença do Deputado Wagner Ramos, Deputado Oscar Bezerra, Deputado Nininho, quero agradecer a presença da Vossa Excelência, dar os parabéns pela palestra.

Quero agradecer a presença do Serafim, da Maria Célia e em seu nome, Mari Célia, agradecer a presença de todos os demais servidores da Secretaria de Fazenda.

Em nome dele, do Oscarlino, quero agradecer a presença de cada um de vocês e dessa forma declaramos esta audiência pública encerrada. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Luciane Carvalho Borges;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Dircilene Rosa Martins;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Tânia Maria Pita Rocha.
- Donata Maria da Silva Moreira;

- Revisão:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE
2017, ÀS 09:00H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

SEM REVISÃO